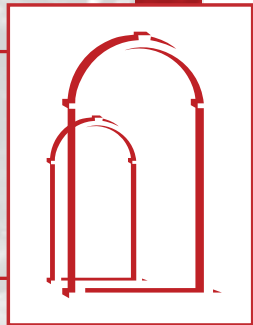


GUAICURUS

#4

m
—



GUAICURUS

#4



DAC
DIRETORIA DE
AÇÃO CULTURAL

UFMG

Belo Horizonte | Dezembro 2019

GUAICURUS 4 | DEZEMBRO 2019

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

Diretoria de Ação Cultural UFMG

Diretor: Fernando Antonio Mencarelli
Diretora Adjunta: Mônica Medeiros Ribeiro

Centro Cultural UFMG

Diretor: Fabrício Fernandino
Vice-Diretor: Marcos Domingos de Oliveira Araújo

Guaicurus 4 / Dezembro de 2019

Editores

Fabrício Fernandino
Leda Maria Martins

Imagem da capa

Detalhe: escultura “Irreversível”
de Daniel Grunmann

Imagem da contracapa

“Montanha”, escultura de Marco Túlio Rezende -
Fotografia de Marcílio Gazzinelli

Revisão de textos

Olívia Almeida
Sônia Queiroz

Projeto gráfico

Pedro Peixoto

Ficha catalográfica

Diná Marques - Biblioteca Universitária

Fotografias (retratos)

Acervo pessoal: Fabrício Fernandino, Leda Maria
Martins, Marco Túlio Rezende, João Baptista Magro
Filho, Sônia Queiroz, Ricardo Aleixo, Carol Macedo,
Flávio de Lemos Carsalade, Carlos Wolney Soares,
Camilla Borges.

Fotografias (conteúdo)

Marcílio Gazzinelli, Acervo da UFMG, do Festival de
Inverno UFMG e do Centro Cultural UFMG, Ricardo
Aleixo, Laura Fonseca, Revista America Magazine, Flávio
de Lemos Carsalade, Camilla Borges, Júlia Duarte, Pedro
Antuña, Raphaella Dias.

FICHA CATALOGRÁFICA

G898 Guaicurus. – n. 1, [1990]- .-Belo Horizonte: Universidade Federal de
Minas Gerais, Diretoria de Ação Cultural, Centro Cultural, [1990]-
n. : il. color.
Anual.
ISSN: 978-65-88671-00-9
I. Cultura – Periódicos. – II. Arte – Periódicos. – III. Literatura – Periódicos.
– Universidade Federal de Minas Gerais

CDD 301.20981
CDU 316.72(81)

Guaicurus

publicação anual do Centro Cultural UFMG

Av. Santos Dumont, 174 – Centro
Belo Horizonte – Minas Gerais – 30.111-040
(31)3409-8290 | www.ufmg.br/centrocultural/

*Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e
exclusiva responsabilidade de seus autores. Todos os direitos
reservados. Os trabalhos publicados na Guaicurus poderão ser
reproduzidos desde que citados o autor e a fonte.*

SUMÁRIO

EDITORIAL - *Leda Maria Martins e Fabrício Fernandino*

OLHO NU - EXPOSIÇÃO MARCO TÚLIO REZENDE

CHUVAS DE POEMAS - *João Baptista Magro Filho*

ERA UMA VEZ NO BAIXO BELÔ - *Sônia Queiroz*

**O LUGAR ONDE EU APRENDI A ESCUTAR, LER E VER
(AO MESMO TEMPO)** - *Ricardo Aleixo*

DAS GUAICURUS - *Carol Macedo*

PRAÇA DA ESTAÇÃO:

EMOÇÕES E REFLEXÕES QUE ELA NOS PROVOCA - *Flávio de Lemos Carsalade*

O AFETO DO OLHAR - EXPOSIÇÃO CARLOS WOLNEY SOARES

LINHA DO TEMPO

CENTRO CULTURAL UFMG

CENTRO CULTURAL UFMG - 30 ANOS - *Camilla Borges*

SESSÃO ESPECIAL

51º FESTIVAL DE INVERNO UFMG NO CENTRO CULTURAL UFMG

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Editorial

LEDA MARIA MARTINS
FABRÍCIO FERNANDINO

Guaicurus, de guerreiros valorosos a nome de rua. Esta era a principal rua do comércio da capital nascente, no início do século XX, também chamada de Porto Seco. Um espaço de trocas de valores, de favores e de amores. Caminho natural de quem aportava na estação ferroviária até o mercado e do mercado aos arredores. No passado foi palco de muitos cenários, histórias inusitadas e intenso burburinho. A criação do Centro Cultural UFMG, no encontro entre as ruas da Bahia e a Guaicurus, na Praça da Estação, representa um dos marcos iniciais desse florescer cultural do chamado Baixo Centro de Belo Horizonte, instalado no antigo prédio projetado em 1897 para ser um hotel da nova capital, tendo sido posteriormente quartel militar, escola de engenharia e, finalmente, um centro criador e irradiador de cultura, em seus vários vieses.

Inaugurado em 1989, o Centro Cultural UFMG celebra em 2019 seus 30 bem vividos anos, como um espaço que tem abrigado diferentes tendências artístico-culturais em Belo Horizonte, cumprindo seus ideais de uma casa da população, sempre aberta a produções de perfis os mais diversos, da tradição à experimentação, do clássico ao mais popular, integrando em sua programação multidisciplinar os corredores culturais que fervilham no Baixo Centro de Belo Horizonte, estabelecendo uma fértil e desejada aproximação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e as comunidades nas quais se integra e se constitui, como um espelho que respeita e aproxima a diversidade dos valores humanos. Para comemorar e relembrar a memória desses 30 tempos, estamos editando a publicação número 4 da revista *Guaicurus*, cuja primeira edição é de 2014, almejando retomar a ideia de uma edição anual.

Para esta edição histórica, revisitamos parte da rica memória do Centro Cultural UFMG e de seus arredores, destacando esta densa e instigante paisagem cultural que tem sido uma de suas faces mais marcantes. O belo depoimento do Prof. João Magro, primeiro diretor do CCult UFMG, destaca os ideais de sua criação, as parcerias, sua vocação de uma casa da cidade e para a cidade, sua impulsão inovadora e experimental, no alçamento de diferenciadas manifestações estéticas, na perspectiva transversal e ousadia de inúmeros projetos e princípios, já então testemunhados na famosa Chuva de Poemas, realizada pelo sobrevoio dos aviões da FAB, em sua inauguração. Os convidados desta edição, Sônia Queiroz, Ricardo Aleixo, Flávio de Lemos Carsalade e Carol Macedo, em instigantes ensaios, realçam parte dessa história, seus entornos afetivos e complexos territórios sociais, seus desafios e potências, suas vizinhanças sociais e poéticas. Assim como reproduzimos fragmentos de algumas das exposições que marcaram este ano de comemorações, dentre elas *Olho Nu*, de Marco Túlio Resende, *O Afeto do Olhar*, de Carlos Wolney e *Centro Cultural UFMG - 30 anos*, de Camilla Borges. Na sessão especial, destaque para algumas das atividades realizadas no CCult UFMG, durante a 51ª edição do Festival de Inverno UFMG.

A todos que têm sido sujeitos desta história, nosso reconhecimento e profunda admiração. Nesses 30 anos, a possibilidade de criar, integrar e compartilhar conhecimentos e experiências, em toda a sua necessária e fértil diversidade, é motivo para celebrar e exercitar o direito cidadão à cultura e à liberdade de pensamento e de expressão. Assim, o Centro Cultural UFMG, como um caminho para múltiplas passagens, mantém seu ideal de ser um bem da cidade e para os que nela habitam. Um seu patrimônio.



Fabrício Fernandino

Diretor do Centro Cultural UFMG, Gestão 2018-2022. Escultor. Professor da Escola de Belas Artes da UFMG. 1º Diretor de Ação Cultural da UFMG (2002-2006). Diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (2006-2013).



Leda Maria Martins

Poeta, ensaísta, dramaturga. Professora aposentada da FALE/UFMG. Autora de vários livros e de capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. Atua nas áreas de literatura, teatro, performance e cultura. Diretora da Diretoria de Ação Cultural da UFMG (2014-2018).





Olho Nu

Exposição Marco Túlio Rezende

Quando buscamos por uma possível compreensão dos significados e significantes de uma obra de arte, nos deparamos com duas possibilidades. Uma primeira seria a fruição estética mais superficial referenciada em valores pré-estabelecidos. Uma segunda seria mais profunda e sensorial, se tivermos como premissa a poderosa complexidade abstrata que envolve os conteúdos da arte. Sob esta ótica, torna-se inócua qualquer tentativa de explicação de uma abordagem pautada pela razão.

A expressão artística traduz um universo único indizível – algo apenas sentido –, é um vocabulário não verbalizável, que transita pelo afeto e pelo emocional.

O que poderíamos dizer de um processo criador de toda uma vida? Por qual universo transita um conjunto de obras vividas com a intensidade do sentimento?

O criar em uma obra em artes plásticas é o sentir traduzido pelo olhar, materializado pela mão criadora a serviço de forças intensas. Mais do que somente gesto, criar é um corpo que move, que debruça, que absorve, que dança e se emociona.

Em determinado momento tornam-se uno: obra e corpo. E o artista, sem o qual não existe a arte, desfigura-se no fazer, amalgama-se com a emoção e cria com a materialidade das experiências vividas. Sendo essência, flui, se esvai para consolidar a experiência do entendimento e da superação.

Ao visitar a obra de Marco Túlio Resende, indago a mim: Quais caminhos foram percorridos? Por quantos sentires foram sentidos? Perguntas soltas, sem respostas ou eco. Com o olhar que contempla, apenas um olho nu nos facultaria perceber e, mais que perceber, emocionar. Um olho nu, despretenso de entendimento e ávido pelo sentimento.

Marco Túlio nos convida a esse olhar e nos presenteia, não apenas com sua obra, mas com uma vida. Sua obra tem a densidade do tempo vivido, o requinte do inesperado e em sua materialidade única personaliza o imaterial universo do ato criador.

Fabrcio Fernandino
Curador da Exposição

O processo de criação artístico é tão vital quanto a obra “acabada” no tempo e espaço do universo visual. É na memória e seus resíduos que nasce o trabalho e que se estabelece o repertório que habita o artista. Lançar mão da memória se justifica na medida em que, através dela, é possível se ter uma percepção analítica e crítica da realidade, assim como um julgamento do passado e do presente, abrindo caminhos para novos olhares.

É nesse universo poético da afetividade e da intimidade que a exposição *Olho Nu*, do artista Marco Túlio Resende, apresenta obras como um alfabeto visual, uma escrita elementar e essencial, com pensamentos construídos a partir de marcas, rastros e fragmentos do humano. Numa pulsão poética levada ao extremo, transitando entre metáforas, que se mostram como um desafio para quem vê.

Voltado para o tempo presente, o artista revela pesquisas e questionamentos com a realidade subjetiva na criação. Trava um instigante diálogo, mediante o qual se efetua uma permutação que gera vocabulário e monólogo interior denso e perseverante.

A busca pelo sentido das coisas e o rito do desenho diário nos convidam a percorrer um itinerário desconhecido, incerto, repleto de transformações, de traços que guardam restos de lembranças que sempre estão impregnados de questões relativas ao tempo: signos que apontam para um arquivo pessoal, advindos de sensações e percepções, que nos revelam os sentidos mais secretos.

Com estranhos elementos encantatórios, alusões totêmicas, dúvidas e questionamentos, o que se vê nos trabalhos expostos, se impõem aos olhos como uma descoberta do imponderável, dos abismos cuja chave perdemos, mas que almejamos encontrar.

Alexandre Madalena
Cocurador da Exposição

Museólogo e Administrador de Empresas com especialização em Gestão. Membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM).



Marco Túlio Rezende

Artista plástico. Professor da Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre pela *School of the Art Institute of Chicago*. Participações em diversas exposições, residências artísticas, salões, mostras e bienais.



Chuvas de poemas

JOÃO BAPTISTA MAGRO FILHO

Depoimento do professor João Baptista Magro Filho, primeiro diretor e cofundador do Centro Cultural UFMG. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2019 por Leda Maria Martins e Marcos Domingos de Oliveira Araújo, vice-diretor do CCult UFMG.

Transcrição: Marcos Domingos de Oliveira Araújo

Edição: Leda Maria Martins

A criação do Centro Cultural

Professor João Baptista Magro Filho: Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a Leda, pela gentileza, ao diretor Fabrício Fernandino e ao vice-diretor Marcos Domingos, pela oportunidade de conversar um pouco sobre o Centro Cultural. Recentemente eu fui dar uma aula magna na cidade onde nasci, Ubá, e nas paredes existiam retratos de antigas pessoas com quem convivi. Então eu comecei a aula dizendo: “Acho que estou ficando um pouco velho” (risos). E agora sou convidado para falar sobre a inauguração do Centro Cultural, ocorrida há 30 anos. Isso é interessante, não é? Eu sou obrigado a pensar um pouquinho sobre isso, eu já vivi algum tempo e talvez seja a hora de falar menos do passado e falar mais do que virá, preparar o novo tempo e o que eu vou fazer nesse futuro. Posso dizer que estudei em vários lugares no Brasil. Estudei medicina de família, saúde pública, psicanálise, tive consultório por muitos anos, estudei na Unidade Sanitária Murialdo e no Colégio Mineiro de Psicanálise, e lecionei na Faculdade de Medicina da UFMG, o que foi uma honra para mim. Costumo dizer que tive grandes homens na minha vida, que foram os meus professores. Estudei em Porto Alegre com grandes mestres deste país e me esforcei muito para me tornar um médico. Trabalhei numa vila operária, onde fui médico de unidade de saúde por três anos na periferia de Porto Alegre, até que fui convidado pela UFMG para vir implantar o internato rural da Faculdade de Medicina, que é um programa muito conhecido, através do qual todos os alunos da Medicina têm que morar no interior. Fui então para o Norte de Minas, naquela região mais necessitada. Morei em Montes Claros e era responsável por dois alunos em cada uma das 40 cidades, juntamente com o colega Francisco Campos. Conheci bem o Norte de Minas, o que foi uma experiência muito rica para mim. E, claro, nós tínhamos preocupações como médicos de saúde pública, eu um pouco mais ligado à saúde mental, de oferecer ao povo brasileiro uma assistência mais digna. Quando o professor Cid Veloso assumiu a Reitoria, saindo da direção da Faculdade de Medicina, levou com ele dois médicos: o Pró-Reitor, meu amigo de Juiz de Fora, Geraldo Luiz Moreira Guedes, que ocupou muitas funções dentro da Universidade e no meio médico, e eu, que fui Pró-Reitor Adjunto de Extensão. E lá, num belo dia, nós achamos em alguma gaveta umas pastas que faziam referência a este prédio e tomamos conhecimento de que o Reitor que antecedeu o professor Cid Veloso, Celso Pinheiro, fazia algum tipo de consideração sobre a instalação de um Centro Cultural da UFMG. Esse projeto nos tocou. O professor Geraldo Guedes se interessou, eu me interessei, assim como o Pró-Reitor de Administração, professor Rodrigo Andrade, que era arquiteto e um homem também muito ligado à cultura. Nós levamos a ideia ao professor Cid Veloso, que também se interessou.

Os caminhos

Professor João Baptista Magro Filho: Eu era Pró-Reitor Adjunto e Coordenador de Projetos. Dentro dessa Coordenadoria de Projetos Especiais era publicada a revista *Enfoque*, para divulgar as ações da Pró-Reitoria de Extensão. Foi realizada então a mudança do nome e da linha editorial da revista, o que já vislumbrava um maior relacionamento da Universidade com a comunidade, que na sua essência é o papel da Extensão. Pensávamos em aproximações, em conexões, em conectar culturas. Criou-se então a revista *Conexão*, que era muito legal. E tinha alguns outros projetos, dentre os quais eu realmente me interessei muito por esse particularmente – o de implantação do Centro Cultural. Inclusive, quando a obra se iniciou efetivamente, eu cheguei a mudar meu escritório para cá, de modo a acompanhar tudo mais de perto. Eu convidava as pessoas para irem conhecer a obra, como uma forma de ocupar e de tornar essa empreitada, digamos, irreversível. Na época, o maior problema que enfrentávamos era o telhado do prédio, já que começava a chover e o pouco que havia ali poderia ser destruído. Como vocês sabem, a Universidade sempre teve seus problemas com recursos, mas a questão foi discutida numa reunião entre o Reitor Cid Veloso, o Pró-Reitor de Extensão e o Pró-Reitor de Administração, que conseguiram, com certo esforço, uma verba que permitiria a reforma do telhado. Porém, aquela não era uma obra simples, já que se tratava de uma edificação tombada e que deveria observar uma série de critérios estabelecidos pelo IEPHA-MG. Felizmente, conseguimos contratar uma empresa que era habilitada tecnicamente para a realização de obras dessa natureza. Ela era dirigida por um senhor formado aqui na Faculdade de Engenharia da UFMG, o doutor Walter Coscarelli, que demonstrou grande sensibilidade durante a execução de toda a reforma. Então, digamos assim, foi – essa é uma palavra que eu gosto muito – uma *serendipia*, um acaso feliz, porque havia o recurso que poderia ser usado para a reforma e precisávamos de uma autorização do IEPHA-MG, desde que houvesse qualidade suficiente para poder arcar com essa obra delicadíssima. O Dr. Walter Coscarelli foi muito dedicado. Ele já era um homem de certa idade e subia no telhado, sempre cuidadoso. E, aos poucos, a direção também foi arrumando um dinheirinho aqui, outro ali, de modo que a ideia foi se impondo. Nós procuramos também pessoas do setor privado, por exemplo, eu me lembro que a Siemens doou a parte elétrica e a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração cooperou com recursos. A Prefeitura também se manifestou favorável e atendeu ao nosso pedido de fechamento da rua Guaicurus, que foi incorporada ao Centro Cultural. Depois solicitamos a incorporação da oficina Cristiano Ottoni, que vai da Guaicurus até a Espírito Santo, o que também foi atendido. Assim, quando terminou a nossa gestão, conseguimos entregar o Centro Cultural, composto pelo prédio original, pela Guaicurus – que foi formalmente fechada entre as ruas da Bahia e Espírito Santo – e pela oficina Cristiano Ottoni – que foi utilizada pelo Centro Cultural para vários projetos.

Um debate com presidentiáveis, em 1989

Professor João Baptista Magro Filho: Um dos eventos mais importantes que nós realizamos ali só foi possível graças ao fechamento da Guaicurus: nós conseguimos trazer os candidatos a presidente na eleição de 1989 para um debate público. Foi montada uma espécie de palanque entre o final da rua Guaicurus e o início da rua da Bahia, e o público se posicionou até depois da rua Espírito Santo, ansioso por ver o Brizola (risos). Esse programa foi coordenado pela professora Emília Pimentel, com o apoio do Pitágoras, e se chamou “Seu voto vale um presidente”. Lindo, né? Muito ousado também na época, trazer os candidatos aqui. Assim, a Guaicurus, além de ser história – e esse é inclusive o nome da revista que vocês vão produzir –, foi o palco para esse primeiro debate público com os presidentiáveis.

Efervecências

Professor João Baptista Magro Filho: Havia algumas coisas por detrás, dizem que em toda coisa, alguma coisa oculta mora. Existia a intenção de se trazer o Festival de Inverno UFMG para Belo Horizonte, o que de fato acabou acontecendo. E estava sendo construída uma forte aproximação entre o Reitor e o novo Prefeito, que era o Doutor Pimenta da Veiga. Eles se reuniram algumas vezes para tratar sobre a vinda do festival. E o Secretário Adjunto de Cultura do município era professor da UFMG, o Prof. José Osvaldo, o que ajudava. Mas havia ainda duas coisas muito fortes – dificilmente as pessoas vão se lembrar disso – que constituíam um ponto fundamental para nós: os 200 anos da Inconfidência Mineira e da Revolução Francesa, de junho de 1789. Então, estávamos com uma efervescência, uma comemoração, e nós fizemos exatamente em cima disso. Finalmente, havia ainda um outro fator importante, que era a ideia de se fazer o chamado Corredor Cultural de Belo Horizonte.

Sobre o Corredor Cultural

Professor João Baptista Magro Filho: A ideia era que o corredor se iniciasse no Centro Cultural, pegasse a Serraria Souza Pinto, o Teatro Francisco Nunes e o Palácio das Artes, mas de forma integrada, não seria apenas um corredor de passagem. Não sei como isso se constitui hoje do ponto de vista estratégico, urbanístico, mas havia essa ideia de se instituir esse corredor. Portanto, tínhamos a comemoração dos 200 anos da Inconfidência, da Revolução Francesa, o Corredor Cultural e a vinda do Festival de Inverno, que foi com o professor Evandro Lemos e a professora Lúcia Pimentel, que era Coordenadora Cultural da Pró-Reitoria. Desse conjunto de fatores brotou a semente que foi o Centro Cultural.

Artes e ciência

Professor João Baptista Magro Filho: Não sei se vocês sabem, mas um dos meus orgulhos é ser pianista. Fiz questão de ir à Ordem dos Músicos fazer prova e tirar a carteira de trabalho de pianista. Na verdade, eu acho que a grande arte é a arte de cuidar dos outros, é essa arte médica, a semiologia, acho que a arte humaniza as coisas e aproxima as ciências. Naquela época, nós tínhamos uma preocupação de que arte fosse arte e que tudo tem arte. Na medicina tem arte, na engenharia tem arte, na arquitetura tem arte, na biologia tem arte, na geografia tem arte, na física tem arte. A professora Márcia Fusaro trouxe uma exposição belíssima de matemática, intitulada *Formas e Matemática*, sobre o uso de formas geométricas na construção civil. Trabalharam com ela também as professoras Ana Soares, da Química, e Suzana Baltarda de Carvalho, da Matemática. Fizemos ainda uma exposição de física, outra de biologia, colocamos em toda a Guaicurus vários microscópios para que os passantes pudessem ver as lâminas e discutir. Separar a ciência da arte é algo extremamente grave. Lembro-me que eu tinha um grande amigo escritor, que dava minha aula inaugural na UFMG, o meu amigo Bartolomeu Campos de Queiroz...

Centro Cultural UFMG, lugar de passagens

Professor João Baptista Magro Filho: Ele falava assim: “Quando eu era pequeno, minha mãe chamava um médico, por via das dúvidas chamava também a benzedeira, por via das dúvidas também chamava minha avó”, e por aí vai... o Bartolomeu era muito querido. Ele queria lançar o livro dele aqui, o *Indez*, e nós fizemos. O Bartolomeu me fez simplesmente duas exigências, e eu cumpri as duas. Ele falou: “Não acredito que você vai cumprir”, e eu falei: “Eu vou

cumprir”. Ele queria que se montasse um galinheiro ali dentro, e eu montei! Queria também que nós pintássemos as galinhas, e nós pintamos! (risos). Então, o que estou querendo dizer com isso é que, naquela época, todos os artistas plásticos, através da querida Celma Alvim, vieram aqui para dentro. A ideia é que o espaço fosse de todos. É por isso que me empenhei na luta para tirar o “da” do nome do Centro Cultural, que não é “da UFMG”, mas sim “Centro Cultural UFMG”, pertencente a todo o povo mineiro. Isso parece uma brincadeira, mas não é. É forte. E faz toda a diferença no sentido de que o nosso objetivo é incluir todas as pessoas. Outra coisa, dentro dessa mesma proposta, é que o Centro Cultural tivesse uma direção em rodízio. Assim, por exemplo, o pessoal da Geografia assumiria por um tempo, depois o pessoal da Música assumiria, depois o pessoal da Belas Artes, do Direito, da Medicina, e assim por diante, como forma de insistir no fato de que não se trata somente de um centro de arte, ou de música, ou de cinema, ou de artes plásticas, mas tinha que misturar a física, a matemática, a biologia, a geografia, o direito, enfim, como expressões de arte, já que a cultura é composta por todos os setores e o conhecimento deveria vir aqui dentro. É preciso estabelecer conexões entre as várias áreas, entre as várias instituições, então a Prefeitura se envolveu, o Estado se envolveu, a iniciativa privada. Aliás, uma coisa que o Centro Cultural precisa é da iniciativa privada aqui dentro. Seria muito interessante que a Federação das Indústrias, a Associação Comercial e outros pudessem cooperar de forma permanente com o Centro. Então a ideia que passava pela nossa cabeça era um pouco essa, a de que a cultura manteria uma Inconfidência.

Seria interessante que os estudantes de todas as áreas passassem e trabalhassem aqui. Imagine. Mas é que se você falar isso, num primeiro momento, vão falar: “O que eu vou fazer lá no Centro Cultural”? Talvez alguns pensem que um Centro Cultural seja um depositário de curiosidades... A ideia era quebrar isso, nós precisamos quebrar isso, entende?

Choviam poemas

Professor João Baptista Magro Filho: Na verdade também, não só apresentar um trabalho transversal e informativo. Acho que é um ponto importante, não só mostrar, mas produzir. Democratizar a cultura, tirá-la de um sistema fechado de exposições, de coleções e torná-la algo do cotidiano das ruas, dos bairros, das praças, da Praça da Estação, de um centro cultural que seja da comunidade.

Aqui dentro, se a gente parar para pensar, muita coisa foi produzida nesses 30 anos. Isso é muito interessante. Nós imaginávamos também que o Centro Cultural poderia estabelecer uma provocação no sentido de criação de novos centros culturais, que pudesse ser uma centelha que saísse por aí e novos centros fossem criados em outras regiões do estado, como se a gente tivesse uma conversa cultural mineira. É que nós somos um estado fundamental na cultura brasileira, que é muito bonita. Nós estamos vindo de uma viagem agora, fomos à Serra do Cipó, e pensamos como a nossa bandeira nasce na terra, né? Não sei se algum povo tem uma bandeira tão implantada na terra. Você pega o verde, o amarelo, eles se dirigem ao azul, uma coisa linda! Talvez esteja na hora, na cultura brasileira, de tornarmos algumas coisas que podem parecer impossíveis, possíveis.

Eu me lembro de uma que eu não posso deixar de citar nessa ideia do impossível se tornar possível, que foi a nossa determinação de que a inauguração do Centro Cultural fosse um dia inteiro, que nós tivéssemos algo que era impensável. Acho que você sabe disso, mas eu tenho que falar (risos). E nós então conseguimos reproduzir milhões de poemas na frente do papel e, no verso, o convite para a inauguração. E tivemos a audácia de procurar a Força Aérea Brasileira e convencê-la de que seus aviões deveriam jogar poemas sobre a cidade de Belo Horizonte (risos). Quando dissemos que iríamos colocar “poemas no espaço” ninguém acreditava...

E mais bonito ainda foi ver os aviões fazendo sobrevoos sobre a avenida Afonso Pena, a Praça Sete... Choviam poemas e as pessoas iam andando pelas ruas. Imagine um transeunte andando e inadvertidamente cai um poema sobre a sua cabeça, jogado de um avião da Força Aérea Brasileira. Isso é fantástico! Foi assim a inauguração, foi muito bonito! Eu viajo por todo o país e todo o mundo por conta da medicina e acho que, culturalmente, nosso país está bem. Nossa cultura é linda e diversa. Porque toda vez que viajo eu vejo algo novo, um grupo novo, um questionamento novo, e acho que o Centro Cultural talvez possa capitanear isso neste momento delicado, fazendo com que o impossível se torne possível. Nós temos hoje na área da medicina – pouca gente conhece, é um colega gaúcho, Dr. César Victora – um homem que pode ser indicado ao Nobel, mas isso não vem para cá, né? Nós temos gente hoje muito boa em todas as áreas, não preciso recuperar hoje Darcy Ribeiro, por exemplo. Acho que eu sonho que o Centro Cultural possa comandar novos sobrevoos da FAB, lançando palavras esquecidas: solidariedade, partilha, afeto, coragem...

Os afetos da memória

Professor João Baptista Magro Filho: Eu diria que estive afastado do Centro Cultural, mas mantive uma relação com a cultura. A partir de um determinado momento, o consultório passou a me tomar muito tempo. Eu morei também por um período fora de Minas Gerais, mas tive a honra de cooperar num lindo programa de televisão sobre o povo brasileiro, do qual me orgulho muito. Era uma continuidade, para mim, do meu esforço no Centro Cultural. Eu fui o curador desse programa, que tinha o Ulisses Cruz como diretor, ele que é um dos principais nomes do nosso teatro. Participei também de uma forma de curadoria no filme *Redemoinho*, do grande diretor mineiro Jose Luiz Villamarim. Outra ligação forte, que me esqueci de dizer, foi com a Câmara de Vereadores. Havia um vereador, Antônio Marcos, que esteve aqui, participou de discussões conosco sobre a integração do Centro Cultural com os movimentos populares. Ele era conhecido como “Toninho de Venda Nova”, era muito envolvido com os movimentos sociais e participou como vereador e como liderança de movimentos. Lembro-me também da Diva Moreira, do Antônio Machado, dos muitos funcionários extremamente dedicados que se envolveram intensamente com o novo Centro Cultural.

Eu fui assessor da Diva Moreira lá na secretaria (Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, de Belo Horizonte). É muito querida, a Diva. Enfim, todo esse movimento cultural a gente procurou trazer para cá, é tudo muito rico. Eu acho que tínhamos que ter um livro que seria obrigatório para todos, contendo coisas importantes da nossa cultura e que todos deveriam ler ou ouvir. Por exemplo, ninguém pode ser brasileiro de verdade sem ter lido a Carta de Pero Vaz de Caminha. Ou ter lido *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. Temos que ouvir Edu Lobo, Villa Lobos, nós mineiros temos que estudar Guimarães Rosa. Como ser mineiro e não estudar Fernando Brant? Como ser mineiro e não ouvir as composições do Celso Adolfo? Temos que conhecer e estudar essa experiência fantástica da Prefeitura de Belo Horizonte que são as EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil... Nós temos uma cultura belíssima, que é feita em cima de conexões do que é pouco provável, das pessoas que vieram, dos índios, dos negros, dos brancos, essa miscigenação que é a nossa cultura, nossa música, enfim, essa geografia variada, os mineiros com seus morros, os gaúchos, por exemplo, aquela coisa reta no Centro-Oeste... Nós somos uma mistura muito bonita.

O Centro Cultural é da população

Professor João Baptista Magro Filho: Acho que o grande problema é a separação ou a nomeação que separa. Se eu sou público, não converso com o privado, o privado não conversa com o público; se eu sou de determinada geografia, não converso com a outra. O problema são as áreas. Eu, por exemplo, tenho muita dificuldade quando alguém me

pergunta o que eu sou. Eu não sei bem não, mas não gostaria de colocar nenhuma classificação embaixo do meu nome, não sei vocês (risos). Acho que o máximo que eu consigo ser é o João, não tenho nenhuma classificação específica embaixo do meu nome. Com relação à cultura, eu acho que há um afastamento, e eu discuto muito isso porque tive oportunidade de ter grande relacionamento com o meio artístico e cultural e acho que isso é ruim. O próprio setor se afasta, então as pessoas tomam as atividades culturais como um meio estranho, assim, não são do dia a dia, né? Isso é ruim. (...) Aqui, infelizmente, se um trabalhador, um operário vai ao teatro, aquilo é distante dele. Acho que este Centro Cultural deveria diminuir essa distância, porque o trabalhador pode vir aqui assistir e produzir. Aqui havia uma determinação que era a seguinte: “Esta porta não impede ninguém de entrar”. Então, tinha uma discussão sobre o que fazer com as pessoas pobres, que moravam na rua. A regra era “não impeça ninguém”. “Ah, mas ele quer ir ao banheiro”. Deixe ir, e se puder, dê café a ele, dê água a ele, que aqui é a casa dele. Era um acolhimento, entende? Então eu acho que esse afastamento do próprio grupo é um problema. Seria necessário reaproximar e fazer essas interconexões entre os vários grupos, as várias instituições...

As várias populações, os vários setores, aproximar a cultura dos hospitais, aproximar os hospitais dos centros culturais, aproximar as unidades de saúde das unidades de educação, aproximar o Centro Cultural dos laboratórios farmacêuticos, trazer os laboratórios farmacêuticos para dentro do Centro Cultural. Trazer, vocês entendem? Por que, por exemplo, aqui dentro não vem um laboratório farmacêutico? Eles são riquíssimos, poderiam estar aqui dentro, eles poderiam estar operando, cooperando com a direção do Centro Cultural, com recursos adicionais. Esse é um problema, aliás, que está no meu livro. Todo mundo toma remédio, então por que os laboratórios não podiam estar aqui dentro conversando com as pessoas? Por que os auxiliares de enfermagem não poderiam vir para dentro do Centro Cultural? Por que o Centro Cultural não poderia provocar? Enfim, eu acho que o Centro Cultural é um viabilizador, ele aproxima as pessoas. Um amigo meu, Valério Fabris, fala que se tiver passantes tudo é mais valorizado. Ele acha ruim se no meio urbano os passantes não são valorizados. E realmente nós tínhamos que valorizar esse povo todo que fica aqui nessa praça, na Santos Dumont, os donos de lojas aqui da região, todo mundo da Guaicurus, o Centro Cultural tinha que oferecer a eles, sei lá, um cafezinho diário (risos), alguma coisa assim. Isso aí vai iniciando uma longa conversa e eu acho que essa conversa faz um momento mais humano.

Palavras no ar

Professor João Baptista Magro Filho: Eu vejo que vocês, que agora dirigem o Centro Cultural, podem provocar uma grande nova conversa no país, estamos precisando, né? Há uma nova palavra no ar, acho que uma palavra que pode ser “ação”. O Centro Cultural pode fazer uma nova ação. Uma nova palavra, repetir algumas palavras e não deixar que elas sejam esquecidas. Acolhimento, solidariedade, diversidade, são palavras fundamentais. Mas o Fabrício e o Marcos vão fazer isso.

Eu só queria agradecer à Leda, ao Marcos, pela gentileza, ao Fabrício, e reafirmar minha esperança de que o Centro Cultural finque um movimento cultural no país para nós voltarmos a revalorizar a cultura brasileira, juntarmos todos esses grupos que estão espalhados por aí num grande movimento que beneficie o nosso povo. (...) Eu acho que o Centro Cultural pode certamente convocar uma grande conversa sobre a cultura brasileira, é uma boa hora para uma grande reflexão. É bonito, sabe?

Sabe uma coisa que eu acho bonito? Por exemplo, toda vez que eu ia – eu vou muito pouco –, ou quando estou passando perto de um bar, eu só via, antigamente, gente bebendo ou vendo futebol. O bar é um lugar sagrado, né?

Eu acho. Mas quando você passa na frente de um bar agora, as pessoas estão bebendo, discutindo futebol e discutindo o país. Um está puto com o outro, mas eu acho isso uma coisa fantástica, porque não havia isso. Independentemente de qualquer coisa – eu não vou entrar no conteúdo da discussão aqui –, o fato é que tem um discutindo o Uber, porque que o Uber está prejudicando ou não o táxi, tem outro aqui discutindo se o presidente atual é pior do que o anterior, se o anterior é pior que o atual, estão discutindo a previdência, estão discutindo agora que a Amazônia está pegando fogo, discutindo a questão das mulheres, eu nunca tinha visto isso tudo assim, brotando. Quando eu pego um táxi, me perguntam “o que você está achando de...”. Eu falo “opa!” (risos), e se você observar uma coisa, são temas que, inclusive, eu até evito às vezes porque eu não me sinto preparado para discuti-los com facilidade, são temas complicados. Então, o Centro Cultural poderia ajudar em todos esses temas que são delicados, entende? Poderia conversar com as pessoas, ajudando-as a terem instrumentos para poder opinar sobre esses temas.

Seminários sobre cada um desses temas. Vamos supor, um seminário sobre a previdência. É um tema delicado, não dá para opinar se você não estudar um pouco. Um seminário sobre a reforma política, um seminário sobre o aborto. Não é fácil. Um seminário sobre a dengue, que é uma epidemia que está aí. Por que o sarampo está voltando? É um tema complicado. Por que todo mundo está tomando medicamento? O que vão fazer com as políticas? São temas sobre os quais um centro cultural pode muito bem ajudar. Então, eu só tenho a agradecer e torcer para que o Centro Cultural possa ajudar a gente a decidir sobre essas grandes questões. E quer que eu diga mais? Não falta dinheiro. Se houver a integração e você chamar uma universidade privada para cooperar aqui em torno do tema, chamar um hospital, um laboratório para cooperar sobre um tema de saúde, um outro grupo para cooperar, as coisas acontecem.

Sobrava desejo, sobrava determinação

Professor João Baptista Magro Filho: Mas se o dinheiro faltava, sobrava desejo, sobrava determinação, sobrava vontade de fazer junto, de partilhar, de fazer parcerias. Não tinha dinheiro para a parte elétrica, não tinha dinheiro para acabar determinadas partes, aí houve uma conjunção de parcerias. Então eu penso que o Centro hoje pode estabelecer parcerias, e eu tenho certeza de que as pessoas querem estabelecer parcerias, se for mostrado a elas que todos serão beneficiados. A Federação das Indústrias deveria colocar recursos aqui, a Associação Comercial deveria colocar recursos aqui, a Fiat e outras empresas também.

O Centro Cultural tem que trilhar esse caminho. Eu chamo de um caminho de vida partilhada, de soluções partilhadas. Porque você consegue quase que 50% de recursos próprios e recursos privados, certamente, então, por exemplo, quando nós estávamos no internato rural da Medicina, a Faculdade não tinha dinheiro para se manter em 40 cidades, 320 alunos, e nós obtivemos uma doação na época através do programa da *Kellog Foundation*, em fundo perdido. Mas o principal valor era a crença do grupo da Medicina em construir uma outra prática médica. Então, eu acho que esse Centro Cultural, por sua localização – e nisso até me disponho a cooperar –, se houver um esforço, você tem, como eu estou te falando, os grandes laboratórios, universidades particulares, grandes escritórios de advocacia, esses caras têm muito recurso, é preciso...

A comunidade é o centro

Professor João Baptista Magro Filho: O Centro Cultural é da comunidade. Eu fiz uma pegadinha aí com relação àquela questão do nome, que já mencionei. No concurso que nós fizemos para a logomarca, eu excluí o “da”. Se você observar é “Centro Cultural UFMG” que está lá, inclusive deve ter aí guardados os detalhes. Eu não me lembro

o nome dele, muito querido, quem ganhou, mas lá não era “da UFMG” mais, a logomarca era “Centro Cultural UFMG”, entendeu?

Sobre espaços que separam e pianos calados

Professor João Baptista Magro Filho: Eu passei minha vida inteira ali na Alfredo Balena. Você acha que algum passante entra ali na Faculdade? Eles têm medo, é um negócio terrível. Ninguém entra lá no Conservatório não...

Quer ver uma provocação? Este piano, está no segundo andar. Por que ele não poderia estar lá embaixo? Não, mas aí vem o cara e diz, “mas o especialista...”, é sempre assim, todo piano que às vezes eu encontro está fechado. Todo piano quer um tocador. E o triste é que as pessoas gostariam de tocar no piano, de brincar no piano. Os pianos não tocados transformam-se em armários, não mais fazem música, são estantes. De 100 pianos que eu vi na minha vida, 99 viraram estantes. Num shopping aqui de BH há um lindo piano de cauda. Eu tenho uma foto dele com uma etiqueta colada, onde se lê: “Por favor não tocar!”. Ou seja, um instrumento que poderia produzir harmonia, melodias, fica em silêncio e perde seu significado. O Centro Cultural, para mim, é um instrumento. Cabe a nós, em conjunto, fazê-lo ressoar a alma brasileira!



João Baptista Magro Filho

Primeiro Diretor do Centro Cultural UFMG (1989-1990). Médico. Professor Aposentado do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina da UFMG. Coordenador de Projetos Especiais da PROEX/UFMG, Gestão Cid Veloso.



Era uma vez no Baixo Belô

SÔNIA QUEIROZ

Naquele dia, o céu ficou repleto de poesia, palavras e palavras, rimas, assonâncias, versos livres voando pelo ar, como pássaros, pelo Centro da Capital, sobre a Praça da Estação. Por ali chegavam à nova capital, nos primeiros tempos, vindos de diversas partes pelas estradas de ferro, os novos moradores. Meus avós maternos, ele de Queluz, ela de Barbacena, a construir família em Belo Horizonte. Pois bem ali, na primeira esquina da Rua da Bahia com a Avenida do Comércio, foi construído um primeiro edifício de dois andares, um primeiro hotel a acolher os visitantes. Acabou acolhendo um batalhão de militares. Alguns anos depois, ali se instalou a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais. Com biblioteca e gráfica, tipografia. Por muitos anos assim.

Estávamos já nos finais do século XX, a cidade acabava de completar 100 anos. Na antiga capital, o tipoeta Guilherme Mansur ressignificava a ideia de lançamento de livros, tomando a expressão ao pé da letra e inaugurando a Chuva de poesia: poemas impressos na Tipografia do Fundo de Ouro Preto lançados do alto da torre da Igreja. Um ato poético que passou a repetir, criando tradição, e espalhando para outros cenários urbanos. Pois na inauguração do Centro Cultural UFMG a chuva de poesia veio bem moderna, de avião.

O antigo prédio de dois andares passou a acolher as mais diversas artes, que, é preciso lembrar, por aquele fim de século, as artes andavam de namoro umas com as outras, e assim a poesia aparecia pintada em telas, integrada a desenhos, os impressos ganhavam letras grandes que figuravam na página como imagens. O teatro levou à cena esculturas corporais e intervenções fotográficas e fílmicas, saiu do palco e pisou o mesmo chão da plateia trazendo de longe ritos e mitos e convidando todos ao canto e à dança. O Galpão anexo ao prédio, com entrada pela Rua dos Guaicurus, foi o espaço perfeito para a experimentação da performance e a alegria da festa. As salas amplas, com pé direito alto, se adequaram sem esforço à função de galeria. Por muitos anos assim.

Ali também, no auditório, coube um Cinecentro, com mostras temáticas organizadas em sessões semanais gratuitas, abertas ao público em horário compatível com a saída do trabalho. E já há muitos anos algumas das salas acolhem artistas residentes, que por alguns meses encontram no prédio o espaço para desenvolver um projeto de artes visuais, dança ou teatro. O espaço da leitura livre foi garantido, em sala abastecida de livros, revistas e jornais, assim como em cadeiras de varanda, dispostas ao redor do pátio interno do prédio.

A bela fachada, com suas incontáveis janelas dispostas em duas filas, e o balcão do segundo andar, sobre a larga porta principal que se abre para a avenida hoje chamada Santos Dumont, foi reconhecida como patrimônio pelo município, e assim podemos pensar que está garantida a sua preservação. Os pisos de tábua corrida e a escadaria de madeira com um guarda-corpo torneado vêm sendo preservados com cuidado pela universidade. Mas é sobretudo a pulsação da arte viva, posta em prática nas salas, no auditório e no pátio, que nos toca e se instala na memória de cada um de nós que pisa aquele chão. Desde o dia em que dois médicos, professores da Escola de Medicina da UFMG, descerraram a cortina sobre a placa de bronze do Centro Cultural UFMG, esses tambores nos chamam, clamam pela força da criação. Naquele dia choveu poesia no céu de Belo Horizonte.



Sônia Queiroz

Poeta. Diretora do Centro Cultural UFMG (2010-2011). Diretora da Editora UFMG (1986-1995). Professora da Faculdade de Letras da UFMG, na área de edição. Diretora de Ação Cultural da UFMG (2011-2014).



O lugar onde eu aprendi a escutar, ler e ver (ao mesmo tempo)

RICARDO ALEIXO

Formado poeticamente pelo projeto teórico-prático do grupo Noigandres, dos concretos paulistas, foi apenas em 1989 – 11 anos depois de ter realizado minhas primeiras tentativas no campo da palavra imagem – que eu tive oportunidade de conhecer de perto, por dentro, um espaço multissensorial ativado pela palavra. Refiro-me à exposição *Escuchar Leer Mirar / Hören Lesen Sehen*, que teve lugar no Centro Cultural UFMG, em 1989, numa iniciativa do *Goethe Institut*, responsável pela turnê latino-americana dos poetas germanos Franz Mon (1926), Ferdinand Kriwet (1942) e Jochen Gerz (1940).

Essa experiência mudaria para sempre a minha concepção de poesia e, por extensão, de arte. As obras em grandes formatos de Kriwet foram as minhas favoritas. Porque frisavam de modo ostensivo o seu hibridismo e a decisão de tensionar a relação com o espaço expositivo. Alegro-me afirmar que muito do que faço hoje teve como estímulo inicial o mergulho intersignífico nessas peças, felizmente reproduzidas (naqueles tempos pré-web) num belo catálogo que guardo com muito zelo.

É, assim, com infinita gratidão ao CCult UFMG que grafo esta rápida lembrança, que se transformará num dos capítulos do livro de memórias em que ora trabalho. E porque só pode ser infinita a minha gratidão? Porque esta Casa se tornou, ao longo dos anos, abrigo seguro para inúmeros projetos de que tomei parte como artista e/ou como curador (Bienal Internacional de Poesia, Festival de Arte Negra, Dia Cage, Zona de Invenção Poesia&/ZIP e, entre muitos outros) e coordenador de oficinas de performance intermídia.

Por fim, mas por último, registro com carinho que foi também no querido Centro Cultural que, há exatos 20 anos, apresentei ao público a minha primeira fornada de trabalhos tridimensionais, reunida na mostra *Objetos Suspeitos*, que contou com curadoria de Adolfo Montejo Navas e catálogo produzido pelo mestre Sebastião Nunes. Que saibamos ver o quanto a vitória sobre as trevas que voltam a se abater sobre o Brasil depende de abraçarmos com firmeza a existência e a potenciação de espaços para a arte e a cultura que, como o nosso Centro, deixam-se tocar pelas pessoas que vivem e circulam na região na qual se localizam, ao mesmo tempo que as tocam, transformando-as e deixando-se transformar por elas. Em Brasis assim eu acredito.



Ricardo Aleixo

Poeta. Músico. Performer. Artista e pesquisador das poéticas intermídia. Produtor cultural. Curador.





Das Guaicurus

CAROL MACEDO



Foto: Laura Fonseca

Para conhecê-la a pé, o percurso é breve e segue uma linha reta. Atravessa Andradas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba; começa no número 50 e termina antes mesmo de alcançar o 800. Já sua história é longa, sinuosa e cheia de disputas, principalmente as batalhas da memória. A rua que tem o nome de um dos povos originários do Brasil, os Guaicuru, nasceu junto com Belo Horizonte, ou melhor, com a Cidade de Minas (como foi chamada inicialmente), criada por decreto e inaugurada às pressas em 12 de dezembro de 1897.

Na planta original da cidade planejada – a primeira do país –, a Rua dos Guaicurus possuía uma localização estratégica. Funcionava como um corredor natural, ligando a Praça da Estação, por onde muitos visitantes chegavam, ao bairro da Lagoinha e entorno, passando pelo início da Avenida Afonso Pena, onde, em 1900, foi instalado o Mercado Municipal (atual rodoviária). A poucos passos dali, a Avenida do Comércio (atual Santos Dumont) reunia estabelecimentos diversos como farmácias e lojas de tecidos. Segundo o projeto do engenheiro-chefe Aarão Reis, que coordenou a comissão construtora da cidade, o comércio deveria concentrar-se em local específico, por onde circularia o grande público, e longe dos serviços administrativos do estado. Ainda que “distantes”, integravam uma mesma área: a zona urbana, mais central e com ruas e avenidas planejadas. Ela era delimitada pela Avenida Dezesete de Dezembro (atual Avenida do Contorno) e destinada ao poder público, à moradia de seus funcionários graduados, aos bancos e à igreja matriz. Para fora desse desenho, estaria a zona suburbana, a abrigar trabalhadores envolvidos na construção

da capital e a população removida do Curral D’El Rey (430 casas foram desapropriadas por ordem da Comissão Construtora da Nova Capital). Em perímetro ainda mais alargado, a zona rural reuniria sítios de produção agrícola voltados ao abastecimento da cidade.

Concebida para referenciar a República recém-anunciada, a capital inventava limites e classificava seus territórios, almejando a gestão “racional” do ir e vir de pessoas e mercadorias. Buscava uma imagem de progresso, uma identidade no futuro, ainda que o espírito moderno fosse interdito a alguns – fora da Contorno, construções e loteamentos podiam seguir espontaneamente e demandas de transporte e energia não haviam sido devidamente previstas. Na tentativa de superar o passado, acabava por reconfigurar hierarquias econômico-político-espaciais da “velha” Ouro Preto.

Por sua localização, a Rua dos Guaicurus nascia então duplamente valorizada. Além de ser um polo comercial, inicialmente gozou também de prestígio por ser parte da capital entrelaçada por ângulos retos (um “tabuleiro de xadrez”) e de construções arquitetônicas, à época monumentais. Uma referência para muitos habitantes que diziam (e ainda dizem) “eu vou lá na cidade” ao se deslocarem para o Centro. De lá para cá – do espaço concebido por arquitetos e engenheiros ao espaço vivido (pleno de riquezas, desafios e contradições) –, a Guaicurus pôde ser apropriada por diferentes usos e sentidos.

Tem cidade para todo lado

A localização estratégica garantia o movimento. Já a vocação comercial, compartilhada com as vizinhas Avenida do Comércio e Rua dos Caetés, catalisava os encontros. Naquele pequeno triângulo conviviam belo-horizontinos, ainda se reconhecendo como tal; quem vinha do interior para fazer compras (por vezes, pernoitava antes de seguir viagem); e quem vinha de muito longe para ficar, aos poucos criando intimidade com a cidade por fazer. Foi lá que muitos estrangeiros se estabeleceram, especialmente imigrantes libaneses e sírios; os primeiros mais concentrados na Caetés, inicialmente com o comércio de armarinhos, tecidos e enxovais, e os sírios na Guaicurus e adjacências, principalmente com a venda de cereais.

“Um dos armazéns de ‘secos e molhados’, como se dizia na época, era do meu avô”, conta Maria Moysés, 42 anos, neta de Antônio e bisneta de Elias. Em 1925, seu avô, ainda pequeno, mudou-se com a família de Homs, a 160 km de Damasco, na Síria, para a Rua Alagoas, no bairro Funcionários. Elias fundou ali o Armazém Alagoano e, menos de duas décadas depois, escolheu a Rua Guaicurus para ampliar o comércio de cereais e conservas. O negócio prosperou e a Casa Elias Moysés tornou-se referência na capital. “Meu pai conta que era supermovimentado, caminhões fazendo fila para descarregar, o pessoal em busca de açúcar, banha, arroz... E eu me lembro, com uns cinco, seis anos, brincando nos corredores, alucinada com as mercadorias, os fósforos em fardos, os potes gigantes de palmito”, ela diz.

Maria começou a frequentar a região a partir da nova sede, transferida em 1974 para o quarteirão de trás, em um galpão maior na Rua São Paulo, para onde hoje ela se desloca diariamente. Naquele ano, o governo federal havia inaugurado na Região Metropolitana a Central de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG). Quando chovia muito, o Ribeirão Arrudas, próximo à Guaicurus, transbordava, inundando os armazéns. Maria conta que praticamente todos os atacadistas escolheram se mudar. Seu pai (também Antônio) quis permanecer. “Ele fala com muito orgulho sobre estar aqui há tanto tempo, lugar de uma família inteira. Acho que é mesmo um nosso lugar e talvez por isso a gente nunca tenha saído daqui. De certa forma, aqui nunca saiu da gente também”, diz.



Rua dos Guaicurus, 624. Ano 1959.

Fotos: Reprodução da revista *America Magazine*, gentilmente cedidas por Maria Moysés/Arquivo Pessoal



Guaicurus e entorno é história da cidade, história de muita gente. “O pessoal de antigamente continua aqui, aí vai juntando quem chega”, explica Eduardo Martins, 68 anos, 53 deles trabalhando nos negócios dos Moysés. Ele vê constantes transformações na região: o trânsito agora mais rápido (“não dá mais para caminhão parar”), a chegada dos comércios de produtos asiáticos (“todos bastante parecidos”), a mudança do armazém (“hoje empresa de reciclagem”). Todos os dias, desce na Afonso Pena e caminha em direção à São Paulo, não sem antes tomar um café com pão de queijo na esquina da Caetés. Lembra das obras do Complexo Viário da Lagoinha, nos anos 1980, como um impacto drástico que a área sofreu. “Antigamente, você caminhava pela [Rua] 21 de abril, que vinha da [Praça] Vaz de Melo. Agora com viaduto fica complicado a pé, principalmente à noite. Mas aqui onde a gente está tudo funciona normalmente. Não existe medo de transitar, tem cidade para todo lado”, afirma.

Luiz de Araújo, 75 anos, ou “Seu Luiz, do Mercantil Horizontes”, também chegou há mais de cinco décadas na Guaicurus e permanece “de segunda a sábado, fiel como a clientela”. Ele conta que “tem gente que vem duas vezes por semana há mais de 40 anos, a gente conhece os filhos, acompanha os casamentos, vira até psicólogo”. Seus funcionários são igualmente de longa data, exceto se mulheres. Quando elas dizem para amigos e familiares que trabalham na Guaicurus “aí já pensam que é outra coisa, elas sentem os olhares na rua e muitas desistem do emprego”. Maria, por sua vez, não se sente apreensiva ou ameaçada. “Tudo aqui me é muito familiar. E como eu poderia ter preconceito com um lugar que é da minha história? Tudo da gente veio daqui, mas é engraçado, me dizem ‘Nossa, Maria, te vi andando na Guaicurus, na São Paulo...’ Como se eu não pertencesse aqui”.

A rua em que a procissão não passa

A presença masculina quase sempre se impôs na Guaicurus. Na sua primeira década, professores e alunos, quase exclusivamente homens, tornaram-se novos frequentadores da região. Em fevereiro de 1907, a casa de número 266 passou a sediar a Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte, futura Faculdade de Odontologia da UFMG. Mais tarde, o endereço abrigaria as Oficinas Cristiano Ottoni da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, inaugurada em 1911 e também seminal na criação da futura primeira universidade mineira. A sede da Escola funcionava na rua detrás, no Edifício Alcindo da Silva Vieira, o primeiro a ser construído na região e, desde 1989, sede do Centro Cultural UFMG. A demanda por formação na área impulsionou a construção de novos espaços, erguidos a poucos metros dali, ainda nas esquinas com a Guaicurus – primeiro, o Edifício Arthur Guimarães, depois o Edifício Álvaro da Silveira, hoje, bens tombados como patrimônio arquitetônico e cultural da cidade.

Alberto Macedo, 86 anos, se lembra de todos eles e da vivência na região: estudou onde é hoje o Centro Cultural e lecionou por quase cinco décadas nos demais prédios. Dos primeiros anos como aluno de Engenharia Civil, conta das enchentes constantes que afetavam o entorno (“tínhamos de dobrar a barra da calça para não ficarem completamente enlameadas”), da entrada com a escadaria imponente de madeira, que “segue igualzinha”, e do convívio aprazível com os colegas, quase todos homens. “Na turma de formandos de 1959 éramos mais de 120 colegas, somando Civil, Mecânica e Elétrica. Me lembro apenas de duas mulheres”, conta.

Por muito tempo, esse ambiente universitário majoritariamente masculino conviveu em harmonia com os dancings da região (Chantecler, Montanhez, Mariana, Palácio e Capitólio), sucesso especialmente entre as décadas de 1930 e 1960. Eram salões com música ao vivo, executada por conjuntos ou orquestras, algumas notáveis como a de Osvaldo Castilho, que chegou a ser fixa no Montanhez. Lá, as dançarinas eram pagas conforme o número de vezes que eram tiradas para dançar. Certa vez em entrevista, o Mestre Serrinha (baterista da orquestra de 1958 a 1962) disse que o Montanhez “ficava na rua em que a procissão não passa”, mas que “era proibido beijar a mulher lá dentro”, pois “você era posto para fora na mesma hora. E não se entrava sem terno e gravata, só tinha gente alinhada”. Os dancings não contavam com quartos para encontros, mas muitos eram marcados durante as danças para ocorrerem em hospedarias da região. Cabarés à mineira ou aos modos da época: música e dança em uma dimensão pública, convivendo com prostituição, desde que subentendida, invisível ao público e territorialmente distante das famílias mineiras.

Diferentemente das mulheres, frequentar os cabarés não significava para os homens uma mudança de vida e de identidade. “Dá para compreender os dancings também como espaços possíveis de sociabilidade em uma época em que, levar alguém para dançar, já significava compromisso firme. Foi só depois que isso mudou”, avalia Márcio Alvarenga, 71 anos, estudante de Engenharia Elétrica na UFMG no início dos anos 1970. Segundo ele, entre a sua geração, a Guaicurus “já era baixo meretrício”. Desejada, ele diz, era a Casa da Zezé, um *rendez-vous* na Avenida Francisco Sales, no bairro Floresta, mantido por quatro décadas pela cafetina Zezé. *Rendez-vous* é como chamavam as casas mais discretas, por vezes requintadas e com ambientes para dançar e beber, além dos quartos para o serviço sexual.

A casa da Florinda

Com a revolução sexual e cultural em curso, caíram em desuso alguns velhos costumes, mas não os estigmas e preconceitos contra prostitutas. Presentes na Guaicurus muito antes dos celebrados dancings, elas também testemunharam as muitas transformações na cidade, no comércio e no próprio mercado sexual e suas práticas, com novos

personagens masculinos e travestis, especialmente a partir da década de 1970. Mas, na nostalgia da capital mineira, costumam ser elas as responsáveis pela “degradação” da um dia nobre região. Não mais frequentada pelos “artistas, políticos e intelectuais” de outrora, a Guaicurus perdeu seu “charme”, dizem. É curioso perceber como, na história de Belo Horizonte, a vizinha Rua da Bahia possui uma memória constantemente reatualizada, que ainda a liga à boêmia e à intelectualidade, diferentemente da Guaicurus. Nas narrativas jornalísticas, o “Quartier Latin mineiro”, a “elegante zona boêmia”, sua “época de ouro” dos “visitantes ilustres como o cineasta Orson Welles”, virou “a decadência da Guaicurus”, apenas um “prostíbulo” em que “nada se assemelha ao local dos bailes memoráveis no Montanhez”. Invariavelmente, a sugestão costuma ser um “projeto de revitalização que será um sopro de vida à região”. “E tem alguém morto aqui?”, pergunta Cida Vieira, 52 anos, presidente da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig). “Vivem falando que a Guaicurus está abandonada. Por quem? Aqui trabalham diariamente mais de três mil mulheres, a maioria mães e avós sustentando famílias”.

Em 1991, Cida largou emprego no Departamento do Meio Circulante do Banco Central e promessa de casamento. Começou a trabalhar em casa de massagem e, um ano depois, migrou para a Afonso Pena. Mas ela é exceção. Geralmente, mulheres que se tornam trabalhadoras sexuais na Guaicurus chegam mães, sem emprego e marido. Um dos motivos de existirem mais de duas dezenas de hotéis em pleno funcionamento é exatamente a dinâmica em horário comercial e com reserva de quartos – paga-se por uma “diária” de um ou dois turnos (geralmente, 8h-16h e 16h-22h) e tem-se o quarto para negociar diretamente com os clientes e definir o ritmo de trabalho. Os hotéis parecem invisíveis (muitos não têm placa), mas vivem um sobe e desce constante; as pequenas entradas com uma escada íngreme e, quase sempre, um segurança na porta indicam sua localização. “Vêm muitas mulheres do interior e de outros estados, pois é possível trabalhar de dia, dormir em segurança nos hotéis e retornar à cidade dias depois”, explica Cida. “Antes havia casos de violência, arma branca, de fogo e até feminicídios. Nos mobilizamos e fizemos parceria com os hotéis, exigimos segurança, detector de metais”, lembra. Em 2008, ajudou a criar a Aprosmig depois de participar de rodas de conversa promovidas pelo Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG). “O Centro Cultural UFMG era quem abria as portas para acolher essas conversas, geralmente o único da região”, diz. Desde 2009, a associação (que fica em uma sala emprestada dentro de um estacionamento na Guaicurus) tem sido agenciadora e colaboradora de ações de saúde pública e saúde mental, em parceria com universidades, realiza distribuição mensal de 36 mil preservativos masculinos e mil femininos, fornecidos gratuitamente pela Secretaria de Saúde, além de atividades culturais, como residências artísticas e oficinas literárias. Neste ano, lançou o livro *Guaicurus: a voz das putas* (disponível em <https://avozdasputas.wordpress.com>) escrito por “putas escritoras”.

“A vida não é nenhuma maravilha, mas lutamos por respeito, contra o preconceito, pelo direito de estar aqui. Na Guaicurus tem muita história bonita. E triste também, mas muita solidariedade”, reflete Zazá, 67 anos, também integrante da associação. Ela chegou em 1971 para trabalhar, sozinha, sem emprego e com filhas pequenas. Aposentou-se em 2016. Ou parcialmente; “quando me liga aquele cliente fidelidade abro exceção”, confessa. Na Guaicurus aprendeu a ler e conseguiu dinheiro para criar os cinco filhos. “São tantas histórias. Bebi muita cachaça com Cintura Fina, contei com a ajuda do meu Geraldo farmacêutico, aprendi a admirar muito a Maria Florinda. Ela acolhia mulheres como eu, que precisavam se sustentar”. Sua história era envolta em mistérios. “Diziam que uma vez alguém a reconheceu no Bar do Careca, que ela era de Oliveira, casada e com quatro filhos. O marido lhe fez uma baita sacanagem e ela veio sozinha para BH. Mas nunca falava sobre o assunto.” E continua: “Ela foi trabalhar no casarão no número 471. A mulher que lhe pagava se casou, mudou-se e ela ficou com o imóvel. Tinha 11 quartos, chão de taco, ela passava palha de aço, depois comprou um escovão, a casa brilhava! Ela dizia: ‘puta tem de andar cheirosa’, lavava os cabelos da gente, cuidava como mãe. No andar mais embaixo, ficava quem adoecia ou precisava de cuidados. Se a gente tinha

dinheiro, acertava, se não, podia pagar depois. Ela fazia tacho de doce de fazenda, canjiquinha, suã de porco com pé de frango... Água na boca só de lembrar”, suspira Zazá de olhos fechados.

À exceção da oralidade, a Guaicurus não foi tão documentada se comparado ao seu tamanho na história da cidade. O imaginário que a reduz a um “antro de prostituição”, geralmente compartilhado por quem lá não trabalha ou frequenta, não apenas diminui sua importância, mas empobrece a própria memória da cidade. Nesse jogo de apagamento e permanência, há especialmente um lugar em disputa: a casa da Florinda. Uma construção dos anos 1910, ela foi desapropriada por decreto em 2008 e é parte de um conjunto tombado, “mas estava literalmente tombando”, aponta Cida. A Aprosmig aguarda a assinatura da cessão do espaço para, após reformas, transformar o antigo *rendez-vous* em museu das putas, com sala para exposições, biblioteca e um espaço lembrando figuras célebres. “Cuidaremos da memória dela e das que vieram antes de nós”, promete.



Carol Macedo

Jornalista. Mestre em Comunicação Social pela UFMG (2018). Cofundadora e Coeditora de *Marimbondo*, revista sobre arte e cultura de Belo Horizonte, criada em 2011. Coorganizadora do livro *Guaicurus: a voz das putas* (2018).

Praça da Estação: Emoções e reflexões que ela nos provoca

FLÁVIO DE LEMOS CARSALEDE

A Praça da Estação nos instiga, a partir de sua origem e apropriações ao longo do tempo, várias emoções e reflexões. Essas reflexões extrapolam a dimensão local e adquirem importância em diferentes níveis de abrangência, na medida em que a Praça é metáfora das próprias relações das populações com as suas cidades, especialmente aquela de dimensões metropolitanas.

A PRESENÇA DA PRAÇA NOS DIFERENTES MOMENTOS DA CIDADE

O momento original e o caráter de largo e encontro: a presença popular

A Praça da Estação está presente no plano original de Aarão Reis para a nova capital do Estado de Minas Gerais, inaugurada em 1897. De certa maneira, ela precede até a inauguração desta capital, na medida em que foi por linha férrea que chegaram os insumos, trabalhadores e burocratas envolvidos em sua construção. Assim, já em 1895, era aberto o ramal ferroviário da nova capital e, em 1896, já se edificaram os galpões e o casarão do industrial e construtor português Antônio Teixeira Rodrigues, o Conde de Santa Marinha, que os construiu pela localização estratégica que ligava as pedreiras situadas nos arredores ao centro da cidade. Em 1897, chegava à Estação de Minas o comboio de inauguração da então denominada Cidade de Minas, com a presença do governador do estado, Bias Fortes, fato este que aponta simbolicamente a Praça como berço da capital.

Sua presença no projeto e sua localização marcaram definitivamente a vida da cidade por sua vocação e os impactos criados, sendo importante lembrar que, em seus primeiros anos, o transporte por trens era a única forma mecânica de viagens e ligação, até ser substituído, algumas décadas depois, pelo transporte rodoviário e pelo automóvel.

Sendo inicialmente o centro gravitacional da nova *urbis*, ali se instalaram os primeiros hotéis – muitos deles ainda hoje ali presentes – e pontos de negócios e, logo a seguir, os grandes galpões industriais, aproveitando a proximidade com a linha férrea. Esta linha, paralela ao Ribeirão Arrudas, criou alguns obstáculos e rupturas que, associadas às grandes construções, condicionaram e determinaram os novos bairros e suas apropriações, além da construção de importantes referenciais simbólicos para os belo-horizontinos como os viadutos da Floresta e Santa Tereza, os galpões da Serraria Souza Pinto e a fábrica de tecidos conhecida como 104. Também pela exigência de liberação de terrenos lindeiros para a instalação de eventuais equipamentos e infraestruturas, ali se apresentam até hoje grandes vazios urbanos, que se constituem em imenso potencial de renovação urbana ainda mal aproveitados. Quanto aos bairros, identificamos a criação, em suas imediações, do Bairro Lagoinha, onde se instalaram muitos dos operários que trabalharam na construção da cidade, e Floresta, habitação de profissionais liberais e comerciantes, além do operariado, e até mesmo de uma favela que se ergueu à Rua Sapucaí, todos eles abrigando gente sem condições financeiras de habitar a valorizadíssima região cercada pela Avenida do Contorno. O plano original também previa a instalação do mercado municipal, onde hoje se situa a Estação Rodoviária, e foi através dos eixos de ligação entre a chegada do trem e a comercialização dos produtos trazidos por ele que se criou a personalidade e vocação às ruas Caetés (comércio popular) e Guaicurus (atacadistas e meretrício) e da Avenida Santos Dumont, com suas instituições voltadas ao comércio e à administração pública.

A importância da Praça foi rapidamente assumida e apropriada pela população. Enquanto a Praça da Liberdade e o bairro Funcionários se destacavam como centro cívico e da burocracia estatal, o centro vivo e pulsante das atividades urbanas estava preferencialmente localizado na Praça da Estação. Prova disto é que em apenas duas décadas a estação de passageiros original, em estilo eclético inglês e coroada por um relógio de referência para os cidadãos, foi demolida e substituída por uma requintada edificação em estilo eclético neoclássico, que ali permanece até hoje, e o largo público à sua frente, na primeira década tomado quase todo por áreas ajardinadas, se resumiu apenas à face posterior do Ribeirão Arrudas, assumindo a imagem de grande vazio urbano que hoje o identifica desde os anos 1910. Tal divisão espacial e sua caracterização se tornaram tão presentes que a praça passou a ser reconhecida não mais como um único trecho contínuo, mas formada por dois grupos, um ajardinado, a Praça Rui Barbosa, e outro, vazio e pavimentado, a Praça da Estação. Essa conformação se adequava ao incessante trânsito e fluxo de pessoas que a frequentavam e que ali realizavam vários tipos de trocas.

A transformação em nó de mobilidade urbana

A vocação de nó de mobilidade urbana veio a se confirmar de outra maneira ao longo de sua existência, através da expansão e declínio do transporte ferroviário e de sua substituição pelo rodoviário. Em um primeiro momento, a favela da Rua Sapucaí deixou de existir, expulsa pelas necessidades das operações ferroviárias: a criação da Estação da Ferrovia Oeste de Minas e a construção da sede da Rede Ferroviária Federal e das novas edificações advindas do “enobrecimento” do local. Algumas décadas mais tarde, quando as linhas de trem mal funcionavam como ligações de subúrbios, nos anos 1980, os leitos e trilhos passaram a abrigar o chamado metrô de superfície de Belo Horizonte, unindo os extremos leste/oeste da capital. Dentro deste novo sistema de interligação metropolitano, a alimentação do metrô se daria a partir de sua conexão com as linhas de ônibus bairro a bairro e que, em uma cidade de tanta vocação radiocêntrica como Belo Horizonte, se concentraram ao redor da Praça da Estação, conformando-a como uma grande estação de transbordo a céu aberto. O afluxo e cruzamento tão grande de pessoas reforçou seus impulsos originais de comércio popular (como atesta o relativamente recente Shopping Popular Oiapoque, construído nas antigas instalações de uma fábrica de cervejas) e de centro simbólico e identidade metropolitana.

A presença da cultura e das instituições

Associada à sua importância como centro atrator e à migração das indústrias para outros locais de valor imobiliário menor e mais amplos, a emergência de espaços culturais começou a se impor, também na década de 1980. Se já existia uma cultura de trocas e de rua e uma facilidade de acesso, os grandes espaços para uma cultura de espetáculos ou de oficinas se aproveitaram do vazio deixado pelas instalações industriais e da vocação local para abrigar grandes manifestações. Em que pese o uso da praça como grande estacionamento a céu aberto – condição que ela viveu durante muitos anos – ela nunca deixou de sediar grandes manifestações e eventos, até mesmo pela ausência de outros lugares centrais que dispusessem de tanto espaço vazio, acessibilidade e informalidade. Considera-se, para tanto, o fato de que a Praça da Liberdade era formal e ajardinada demais e a Praça Sete, a rigor, nem se apresentava como uma praça. Assim, pouco a pouco, foram se instalando espaços culturais, de eventos e igrejas evangélicas nos velhos galpões, e a cultura popular ganhava força em espaços intra e extramuros.

Estoque urbano

Também do ponto de vista urbano, como anteriormente já apontado neste artigo, grandes vazios e espaços potenciais passaram a existir nas vizinhanças da Praça da Estação. Os mais evidentes são aqueles pertencentes à Rede Ferroviária Federal, em sua maioria desocupados ou de recente ocupação por ações de venda por parte desta em seu processo de extinção, transformados em igrejas, instituições públicas ou simplesmente desapropriados e repassados a terceiros.

Juntos – e, se possível, desocupados com a demolição de prédios desimportantes na pequena parcela que foi construída – representam inestimável potencial de renovação urbana do centro da cidade e de transformação em parque linear ou outra destinação pública e abrangente. Outros, nem tão expostos aos olhares, são os terrenos particulares das ruas e avenidas de entorno, Guaicurus, Santos Dumont, Oiapoque, etc. Terrenos que antes eram ocupados pelo comércio atacadista ou outras instituições que se tornaram obsoletas, falimentares ou apenas deixaram de existir sem uma consistente reapropriação.

RELAÇÕES COM A CIDADE

É da maior relevância a questão das relações com a cidade, paradigmáticas para áreas centrais de várias cidades brasileiras e mundiais. É por isto que o estudo e a compreensão das dinâmicas que ocorrem na Praça da Estação têm uma validade abrangente, que procuramos identificar em alguns de seus pontos.

Mistura que não se concretiza

A importância da mistura social e da diversificação de usos nas cidades vem sendo apontada pela literatura do campo do urbanismo como meta a ser perseguida para a qualidade dos espaços e para a vida urbana. A Praça da Estação, neste quesito, apareceria como um lugar onde coexistem estes dois fatores. No entanto, as pesquisas apontam para outras conclusões. Estas conclusões estão registradas em artigo apresentado por mim e pelos pesquisadores Diomira Faria, Frederico Marinho, Gracia Babutanga e Larissa Pardini, em 2017, no Encontro Internacional sobre o Patrimônio Edificado, e se basearam em dois estudos distintos: uma pesquisa exploratória realizada em abril de 2017 com 40 usuários da Praça e a pesquisa de pós-doutoramento em história econômica de Cláudia Martinez – publicada na revista *Antíteses*, em 2014, sob o título “Nos trilhos do Museu de Artes e Ofícios: Exposição e público em Belo Horizonte/MG” –, realizada dentro da plataforma central do metrô de Belo Horizonte com passageiros que utilizam o serviço ao menos uma vez por semana apontam para outras conclusões. Constatou-se que, embora na Praça efetivamente coexistam pessoas de vários segmentos sociais, não há efetivamente uma mistura entre elas, resultando em nichos espaciais e temporais segmentados e em diferentes sensações de pertencimento e identidade em função de cada um desses grupos. Não só não há mistura, mas se registram vários conflitos, como por exemplo os de lojistas com moradores de rua, de moradores com grupos de hip-hop, a insegurança de percursos em determinados horários, dentre outros.

Diferentes culturas

Assume-se que a região tem uma vocação cultural, o que é incontestável. Porém não se trata de uma única cultura ou de culturas compartilhadas. Há diferentes modalidades que ali são praticadas, a começar pela das ruas, das trocas que se fazem cotidianamente entre as pessoas que transitam, compram ou simplesmente conversam, quando se constroem e se trocam valores e chaves de compreensão de mundo, quando se criam demandas e aspirações. Há a cultura dos grupos identitários, de resistência ou temáticos, as tribos de hip-hop, os duelos de mc’s, os praticantes de esportes de rua, os pichadores, enfim uma gama de personagens e ações bastante heterogênea. Há a cultura alternativa de modalidades usuais, mas que ganham matizes diferentes e até mesmo de resistência como o teatro do Grupo Espanca, do Grupo Giramundo (localizado nas imediações da Praça) ou na relação dos frequentadores do Bordello, casa noturna já extinta. Há a cultura dos grandes espaços, como aqueles oferecidas pelo 104, pelo Museu de Artes e Ofícios ou pelo complexo da Casa do Conde, com a Funarte e o IPHAN. Há a cultura das ruas, como a Rua Sapucaí, com seus eventos e restaurante, e a dos frequentadores do Edifício Central. Há a cultura institucionalizada como a oferecida pelo Centro Cultural UFMG e que se pretende abrangente, mas que luta com diversas dificuldades

econômicas e logísticas. Há a cultura dos grandes eventos e shows, públicos ou particulares, que se aproveitam do grande largo oferecido no local. Há a cultura patrimonial, através do grande acervo histórico edificado. Grande oferta, grandes possibilidades de fruição, mas precária interação entre diferentes grupos.

O afeto metropolitano

A Praça se difere de outras praças de bairro – estas caracterizadas por relações de proximidade e vizinhança – por sua relação metropolitana. Na realidade, ela é um centro de referência da Grande Belo Horizonte e é assim compreendida e apropriada. É local de encontro e interação de grupos que vêm de diferentes origens, de diferentes bairros e ali têm facilidade de se encontrar e de aproveitar a diversidade espacial, largos, baixios de viadutos, ruas fechadas, grandes galpões, custos mais baixos de locação e utilização, dentre outros.

É possível caracterizar esta relação como um afeto metropolitano. Em sua obra *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, publicada pela editora paulista Brasiliense, em 1984, o antropólogo José Cantor Magnani trabalha com os conceitos de pórticos, manchas, pedaços e trajetos para melhor compreender a relação afetiva das pessoas com suas cidades e aqui podemos identificar com clareza, a grande Praça como pórtico de radialidade centrípeta da metrópole; como uma mancha urbana de grande vitalidade e energia; vários “pedaços” de apropriações diferenciadas e com vocações diversas e vários trajetos possíveis realizados por necessidades ou interesses também diversificados.

DIREITO À CIDADE

A questão do direito à cidade tem sido um debate contínuo desde a segunda metade do século passado, influenciada por vários pensadores, dentre eles o francês Henri Lefebvre. O conceito de direito à cidade, cunhado por Lefebvre, na obra *A revolução urbana*, publicada pela Editora UFMG em 2008, nasceu das profundas assimetrias geradas pela ação do capital no espaço urbano, gerando desigualdades na sua fruição, apropriação e mesmo no retorno dos benefícios gerados pela *urbis*, onde os bônus e os ônus não são igualmente repartidos. O conceito é associado, com frequência, ao direito de melhores condições de moradia na cidade e com uma organização social baseada no que ele denominou “autogestão generalizada”, na qual o espaço urbano se produziria com base no valor de uso e não no valor de troca.

No Brasil, o processo de redemocratização também gerou um movimento bastante abrangente de diferentes segmentos sociais em busca da gestão democrática das cidades, que acabou resultando na promulgação da lei federal baseadas nos preceitos da Constituição de 1988, denominada “Estatuto das Cidades” em 2001.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil têm sua gênese inicialmente nas lutas de associações de bairros por melhorias e nos movimentos por habitação, espalhando-se por outros temas de interesse ambiental ou mesmo de patrimônio cultural, dentre outros. Quanto ao patrimônio cultural, o direito à memória se insere como subtema do direito à cidade e se iniciou nas décadas de 1970 e 1980 como reação ao forte crescimento urbano que, sem se preocupar com o tecido urbano pré-existente e com as referências materiais construídas, destruía tudo aquilo que se colocava como obstáculo à sanha imobiliária. Duas dessas intervenções descaracterizantes inauguraram os movimentos de preservação na cidade: o primeiro, as transformações na Praça da Estação para acolher os projetos dos trens urbanos e, na mesma quadra do edifício da Prefeitura, a demolição do Cine Metrô (antigo Teatro Municipal), transformado em um edifício vertical em cuja base se instalou uma agência bancária. Desses dois episódios nasceu a legislação municipal de defesa do patrimônio histórico, que experimentou suas primeiras posturas nos últimos anos da década de 1980, mas que só se consolidou como política pública a partir de 1992. A Praça se constituiu, portanto, no berço simbólico da preservação do patrimônio na capital mineira e, associada à sua história referencial e à sua capacidade de atração de

gente de toda a metrópole, se tornou o epicentro de eventos e reuniões populares. Não seria de se estranhar, portanto, que o cerceamento da liberdade para sua utilização causasse tanta reação.

Desse cerceamento nasceu o movimento “Praia da Estação”, realizado no grande vazio urbano fronteiro à principal estação de metrô da cidade (antiga Estação Central da Rede Ferroviária Federal, hoje também Museu de Artes e Ofícios). Em 2009, o então Prefeito Márcio Lacerda, pressionado pelo uso “indiscriminado, excessivo e predador” da Praça, houve por bem promulgar um decreto proibindo qualquer manifestação na Praça. A reação não tardou: grupos populares se organizaram em protesto e, aos sábados, aproveitando os repuxos de água que foram concebidos para embelezar a praça quando esta não estivesse sendo utilizada mais intensivamente, criaram a “Praia da Estação”: em trajes de banho propiciaram uma ocupação de centenas de pessoas, como se fora um balneário público. Nunca uma cidade sem mar esteve tão parecida com uma cidade litorânea. A pressão popular fez com que a prefeitura, através da Fundação Municipal de Cultura, criasse uma comissão para estudar os destinos da praça, com uma composição ampla e curiosa, pois formada até por representantes dos moradores de rua, além de várias tribos *habitués* da região. Os resultados dos trabalhos desta Comissão ainda não vieram à tona e sua morosidade parece indicar um protelamento de decisões que realmente venham conferir à região as transformações que ela necessita.

PATRIMÔNIO URBANO

O conceito de patrimônio cultural tem se ampliado enormemente nas últimas décadas, superando a excepcionalidade da “alta cultura”, dos privilégios a determinados segmentos sociais (palácios e templos católicos) e da objetividade material, incorporando o patrimônio intangível e o sujeito na sua formulação e exame.

A visão monumentalista privilegiou reiteradamente o edifício-monumento em seu entorno como bolhas isoladas inseridas em espaços em processo de transformação, ainda que alguns núcleos históricos tivessem sido tombados em seu conjunto, mas que acabaram sendo tratados como “obras de arte” coletivas e não como o que são, por natureza, cidades em constante processo de transformação. Esta relação das cidades com os monumentos, no entanto, foi se modificando face à impossibilidade de seu congelamento – ou das sérias consequências resultantes dessa postura – e foi sendo substituída por conceitos alternativos como o de estruturas ambientais urbanas, o qual ligava qualidade com patrimônio, meio ambiente, acessibilidade, etc., vindo a estender o conceito por toda a cidade e não apenas às excepcionais pontuais de seu território. A acentuada urbanização mundial e a superação de posturas imobilizantes vem colocar a questão patrimonial como uma das suas discussões que vão além da mera preservação físico/material, abrangendo outros temas convergentes como a qualidade de vida, a justiça social, o direito às cidades, a terra urbana, o acesso a bens e serviços, fazendo com que o patrimônio se apresente como um ativo para o desenvolvimento e não como um entrave saudosista, conforme era entendido até então. As cidades são a materialização do encontro das diferentes culturas que a compõem, em francas interação e dinâmicas transformadoras, tornando questionável a compartimentação, categorização e separação de bens e ações em nichos estanques. Os fenômenos da democratização também passaram a reivindicar outros patrimônios como referências materiais de diferentes grupos sociais. Outras tipologias alternativas às clássicas, edifícios e espaços ligados à memória de minorias e as transformações inevitáveis da morfologia e das significações urbanas colocaram em xeque a imutabilidade dessas estruturas.

Quando as questões patrimoniais se associam à questão da apropriação do espaço urbano e o direito à sua fruição justa e universal, aí não só se amplia o leque de bens e tipologias a se preservar, como também se modificam as formas de sua preservação. “Habitar” a cidade, ainda segundo o conceito lefebvriano, está ligado ao conceito de apropriação e, havendo diferentes formas de habitar, não é mais possível considerarmos a cidade como um espaço homogêneo e o direito à cidade, portanto, não é só o de habitar no centro ou poder ir a qualquer parte, mas envolve questões mais complexas e flexíveis como a justa distribuição dos ônus e bônus gerados pela *urbis*, a quebra das invisíveis barreiras

sociais que segregam seus espaços, a possibilidade de formas abertas e diferenciadas de apropriação da sua diversidade espacial, a viabilização da mobilidade urbana. Para que se garantam os direitos, há que se garantirem também os meios para que eles se exerçam. Assim, o patrimônio urbano passou a incorporar outras questões em suas formulações, compreendendo, inclusive, que não haveria uma biunivocidade entre forma/matéria e significância/apropriação, parecendo com que a os conteúdos materiais, apesar de parecerem imutáveis por definição, se apresentariam de maneiras diferentes conforme a solicitação dos usuários no momento de sua apropriação.

A ideia de uma preservação que exclua ou restrinja excessivamente o usuário dos imóveis e espaços públicos, ou técnicas de recomposição da imagem que impeçam novos usos de se exercerem em plenitude ou ainda restaurar o monumento sem considerar sua abrangência e envolventes locais, como uma obra de arte em um museu, cada vez mais vem deixando a agenda patrimonial urbana. Em Belo Horizonte, mesmo, há o caso paradigmático do Espaço Comum Luiz Estrela, antigo hospital psiquiátrico em ruínas, pertencente ao Governo Estadual, ocupado por um coletivo ligado à cultura de ruas e que vem sendo por ele restaurado, sem a preocupação de “recompor” uma imagem original, mas explicitando as marcas de sua história e de sua deterioração. Neste sentido, cita-se, ainda, o caso da recuperação da região da Rua da Alfândega, no centro do Rio de Janeiro, onde critérios estritos de restauro foram flexibilizados de maneira a garantir a permanência do comércio popular ali existente.

A Praça da Estação possui um grande acervo de prédios e espaços públicos protegidos pelo Patrimônio e que se apresentam como um conjunto aberto à apropriação popular e coletiva que lhe é inerente e que não pode se fechar a ela, ou restringi-la de alguma forma, resumindo-se a um reduto museificado (no sentido de cofre ou gabinete de curiosidades). As lutas que ali se realizaram dão prova disto.

Assim, a Praça da Estação se apresenta como prova viva de uma nova agenda patrimonial e de relações com a cidade que apontam para soluções bastante diferenciadas daquelas que classicamente foram trabalhadas pelo planejamento urbano. Ela enseja novas formas de harmonia entre grupos urbanos distintos, novas formas de inclusão, novas formas de proteção do patrimônio coletivo. É um laboratório que não se esgota e continuamente nos provoca a repensar a metrópole, atualizando a opção que a humanidade fez ao adotar a cidade como lugar privilegiado para a sua vida.



AGRADECIMENTOS

Apoio CNPQ Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Chamada CNPq N ° 09/2018. Às colegas com que venho trabalhando os temas da Praça da Estação, Pauline Bosredon (Université de Lille I), Diomira Pinto de Faria, Frederico Couto Marinho e Natacha Rena (UFMG) e aos orientandos que constantemente me arejam com seus *insights* sobre o tema, Laura Penna de Castro e Vilmar Pereira de Sousa.



Flávio de Lemos Carsalade

Arquiteto Urbanista. Professor do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG. Presidente do IEPHA-MG (1999-2002). Diretor da Editora UFMG. Vice-presidente do ICOMOS Brasil.



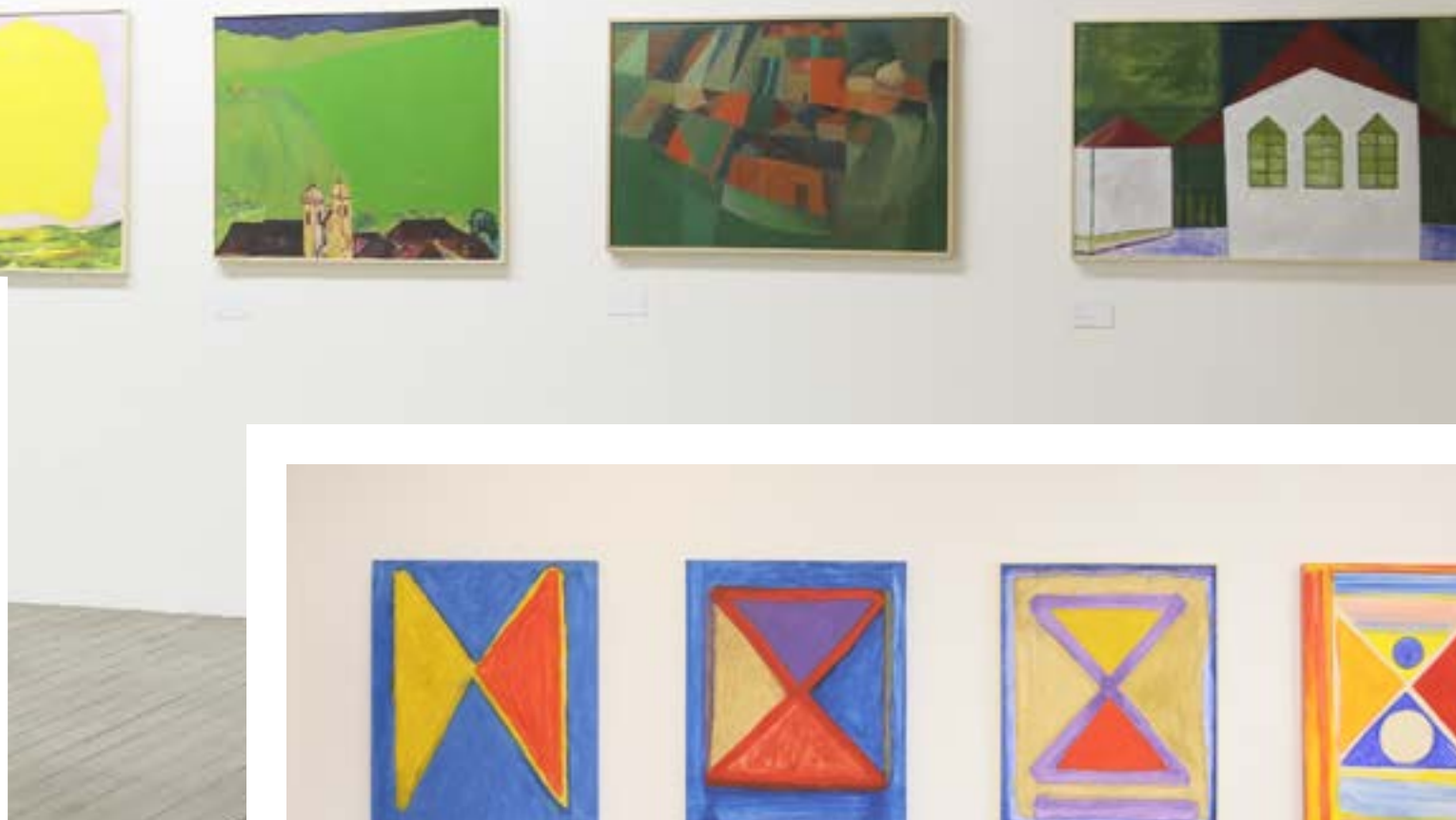
O Afeto do Olhar

Exposição Carlos Wolney Soares



O
VER
E A COR
A ÁRVORE
NO PARQUE
O AZUL NO CÉU
E A COR DA TERRA
VERMELHO AMARELO
DO VERDE A MONTANHA
A LUZ PERFAZ PAISAGEM
QUE AGE EM MEUS OLHOS
COM A EMOÇÃO E A ORDEM
PINTO TUDO ISTO MISTURANDO
O ESPAÇO E O TEMPO A CONDUZIR
A FORÇA DA LUZ QUE VEM DO SOL
O VER E O MOVER DA VIDA E A LIDA
DE CONSTRUIR A VISÃO DE MUNDO
DUM ARTISTA QUE DA
LUZ DESVENDA AS CORES
BRANCO
AZUL
VERDE
AMARELO VERMELHO

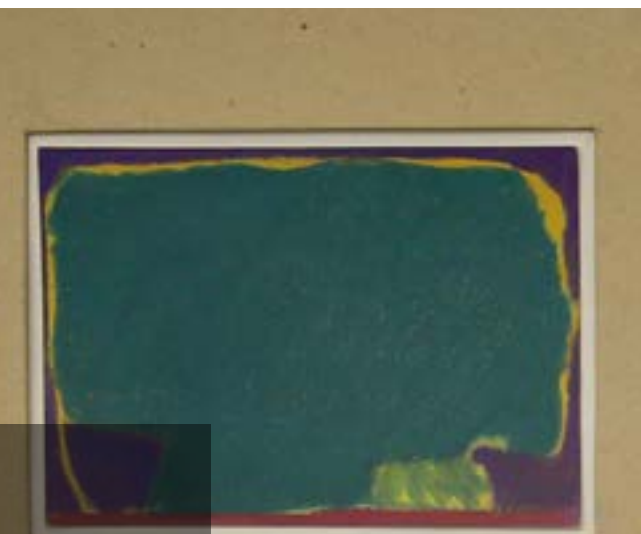
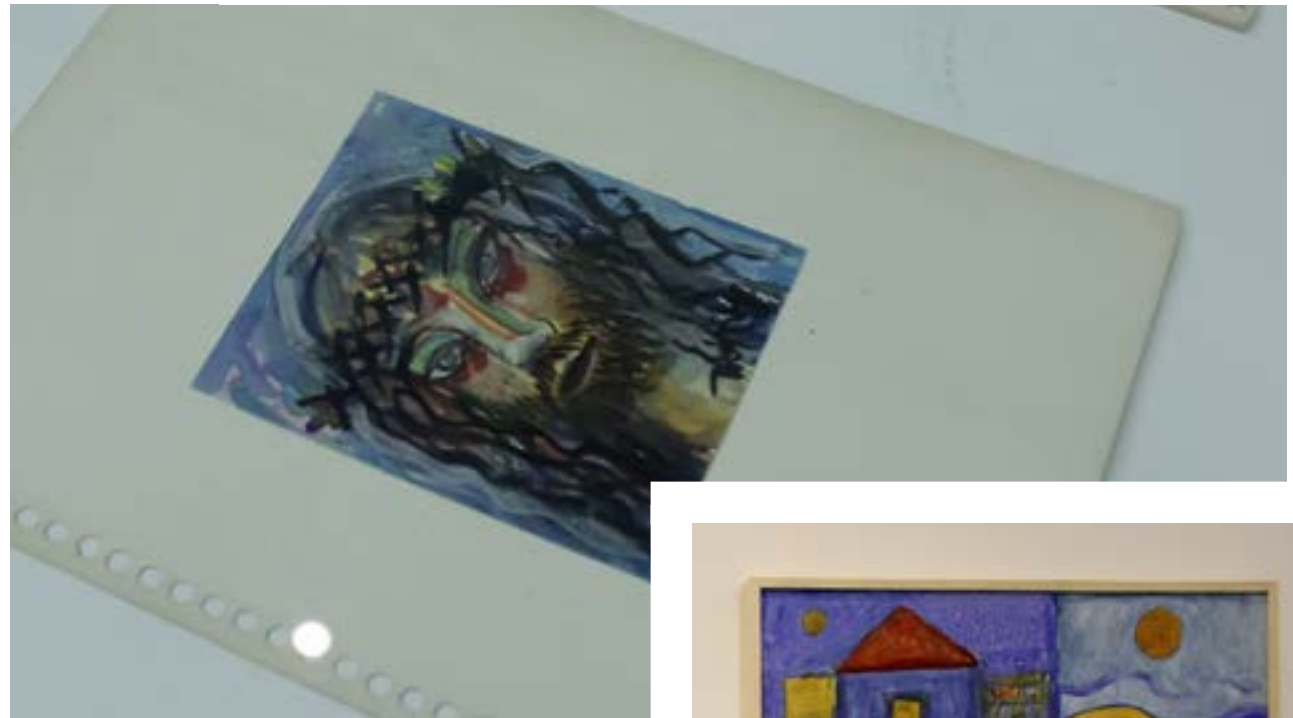
Carlos Wolney Soares



Carlos Wolney Soares

Artista plástico. Diretor e professor da Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas-Artes da UFMG. Participações em exposições, residências artísticas, salões, mostras e bienais.





Linha do Tempo

Centro Cultura UFMG

REITORIA | UFMG

Reitor
Cid Veloso
Vice-Reitor
Carlo Américo Fattini

DIRETORIA | CCULT

Diretor
João Baptista Magro Filho
(1989-1990)

1986 - 1990

REITORIA | UFMG

Reitor
Tomaz Aroldo da Mota Santos
Vice-Reitor
Jacyntho José Lins Brandão

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Neiva Ferreira Pinto

1994 - 1998

REITORIA | UFMG

Reitora
Ana Lúcia Almeida Gazzola
Vice-Reitor
Marcos Borato

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Regina Helena Alves da Silva

DIRETORIA | DAC

Diretor
Fabrício José Fernandino

2002 - 2006

REITORIA | UFMG

Reitor
Clélio Campolina Diniz
Vice-Reitora
Rocksane de Carvalho Norton

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Sônia Maria de Melo Queiroz
(2010-11)
Diretora
Maria Inês de Almeida (2011-14)
Vice-Diretor
Marcus de Queiroz Ferreira

DIRETORIA | DAC

Diretor
Maurício José Laguardia
Campomori (2011)
Diretora
Sônia Maria de Melo Queiroz
(2011-14)

2010 - 2014

REITORIA | UFMG

Reitora
Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor
Alessandro Fernandes Moreira

DIRETORIA | CCULT

Diretor
Fabrício José Fernandino
Vice-Diretor
Marcos Domingos de Oliveira
Araújo

DIRETORIA | DAC

Diretor
Rodrigo Vivas Andrade (2018)
Diretora Adjunta
Carla Andréa Silva Lima (2018)
Diretor
Fernando Antonio Mencarelli
(2019-)
Diretora Adjunta
Mônica Medeiros Ribeiro (2019-)

2018 - 2022

1990 - 1994

REITORIA | UFMG

Reitora
Vanessa Guimarães Pinto
Vice-Reitor
Evando Mirra de Paula e Silva

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Celma Jorge de Faria Alvim

1998 - 2002

REITORIA | UFMG

Reitor
Francisco César de Sá Barreto
Vice-Reitora
Ana Lúcia Almeida Gazzola

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Beatriz Dantas

2006 - 2010

REITORIA | UFMG

Reitor
Ronaldo Tadêu Pena
Vice-Reitora
Heloísa Maria Murgel Starling

DIRETORIA | CCULT

Diretora
Rita de Cássia Santos Buarque de
Gusmão

DIRETORIA | DAC

Diretor
Maurício José Laguardia
Campomori

2014 - 2018

REITORIA | UFMG

Reitor
Jaime Arturo Ramirez
Vice-Reitora
Sandra Regina Goulart Almeida

DIRETORIA | CCULT

Diretor
Rodrigo Vivas Andrade
Vice-Diretor
Marcos Domingos de Oliveira
Araújo

DIRETORIA | DAC

Diretora
Leda Maria Martins
Diretor Adjunto
Fernando Antonio Mencarelli
(2014-15)
Diretora Adjunta
Denise Araújo Pedron (2016-17)

Centro Cultural UFMG

30 Anos

Curadoria Camilla Borges



No final do século XIX, mais precisamente em 12 de dezembro de 1897, Vila Rica, atual município de Ouro Preto, deixou de ser a capital de Minas Gerais para dar lugar à recém-inaugurada “Cidade de Minas”. Naquela época foi um alvoroço para escolher o local da nova capital, houve muitos protestos e um clima de tensão e intriga política contaminou o estado. O então presidente do governo, Afonso Pena, escolheu Arraial do Curral del Rei, hoje Belo Horizonte, como sede na nova capital mineira.

Os trabalhos de construção foram iniciados pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, que projetou Belo Horizonte, a primeira cidade brasileira moderna planejada. O projeto foi inspirado nas mais modernas cidades do mundo, como Paris e Washington.

A Praça da Liberdade, o Palácio do Governo, as Secretarias de Estado, o Parque Municipal e a Praça da Estação foram os primeiros locais a serem construídos, além das ruas projetadas para oferecer mobilidade urbana aos moradores da época, como a Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Avenida do Comércio, hoje Avenida Santos Dumont. Honrados com a chegada do inventor do avião e do relógio de pulso à capital, em 1903, foi realizada uma homenagem ao ilustre mineiro Alberto Santos Dumont, mudando o nome da Rua do Comércio para Avenida Santos Dumont.

O português Antônio Maria Antunes, proprietário do Hotel Antunes, em Ouro Preto, mudou-se para a capital na intenção de construir um novo hotel. O projeto foi concebido pelo arquiteto Silas Raposo, em resposta à crescente demanda por hotéis que abrigassem a circulação de pessoas que chegavam à Estação Central da Cidade, principal porta de entrada da capital. Idealizado em 1899, em frente à estação ferroviária, na Avenida do Comércio com Rua da Bahia (Lotes 1, 2, 7 e 9, Quarteirão 20, 1ª Seção Urbana), o imponente sobrado em estilo eclético, com predominância de elementos neoclássicos, foi concebido como símbolo de prosperidade e de boas-vindas aos visitantes e novos



moradores da cidade. Foi a primeira construção no hipercentro de Belo Horizonte, quando a cidade ainda dava início ao processo de urbanização, mas devido aos altos investimentos e tendo em vista a arquitetura grandiosa do prédio, o empresário não conseguiu concluir a edificação e, antes mesmo da finalização da obra, vendeu o imóvel para o governo do estado de Minas Gerais, por intermédio do então Governador da época, Dr. Francisco Antônio de Sales.

Finalizadas as obras do imóvel, o governo do estado instalou no local o quartel do 2º Batalhão de Brigada Policial do Estado de Minas Gerais e o prédio foi adaptado para acolher a sede do Corpo de Tropa. As obras de adaptação foram executadas pelo engenheiro Honório Soares do Couto e, em 14 de julho de 1906, foram oficialmente dadas como encerradas, quando então foi inaugurado o edifício. A força pública permaneceu na propriedade pelo período de cinco anos e depois foi transferida para Juiz de Fora.

Até 1911 o imóvel sediou também a Junta Comercial de Minas Gerais e o Registro Militar do Ministério da Guerra, quando então cedeu o espaço para a instalação da recém-criada Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte. Para atender às finalidades da nova ocupação do edifício, tornou-se necessária mais uma reforma e o engenheiro Honório Soares do Couto, com o auxílio do pintor espanhol Emílio Gomes Regatas, foi novamente responsável pela obra. As aulas da Escola de Engenharia começaram em 08 de abril de 1912.

O prédio passou a fazer parte do acervo patrimonial da Universidade de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por ocasião de sua fundação, no ano de 1927, à qual a escola foi vinculada e no local permaneceu apenas o Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia.

O nome dado ao edifício, Alcindo da Silva Vieira, está ligado a esse momento da história, pois faz menção a um dos diretores da escola e reitor da universidade. Alcindo da Silva Vieira formou-se em Engenharia Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto. Ocupou o cargo de engenheiro da então Secretaria da Agricultura e Obras Públicas e realizou importantes obras em todo o estado de Minas Gerais. Foi professor, diretor da Escola de Engenharia e reitor da UFMG. Participou ativamente da Comissão de Planos de Construção da Cidade Universitária. Faleceu em 1945, em Belo Horizonte.

Em 1981, o Instituto de Eletrotécnica foi transferido para uma nova edificação nas imediações do edifício Alcindo da Silva Vieira, deixando o imóvel desativado, recebendo os maus-tratos do tempo e o olhar de desprezo dos transeuntes da época. Nesse mesmo ano, a ideia de transformar o prédio em uma “Casa da Cultura da UFMG” vinha sendo estudada por grupos de trabalho e comissões da universidade. A criação do Centro Cultural UFMG foi aprovada pelo Conselho de Extensão em 1985, sendo oficialmente instituído em 1986, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão.

A transformação do belíssimo prédio da antiga Escola de Engenharia em Centro Cultural foi muito desejada pela Universidade, que iniciou as obras de reforma em 1987, surpreendendo a população com a boa notícia. Ao receber as primeiras restaurações em sua fachada, o sobrado, até então abandonado, começou a recuperar a imponência e beleza que ostentava no início do século XX. A boa notícia era que a cidade, tão carente de espaços culturais, ganharia um local de divulgação e incentivo às expressões culturais, em suas diversas manifestações.

Em 1988 o casarão foi tombado como patrimônio histórico pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – integrando o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação, importante corredor cultural de Belo Horizonte. Esse fato trouxe reconhecimento de seu inegável valor histórico e arquitetônico, além da constatação de ser portador de forte referência à identidade da cidade de Belo Horizonte.

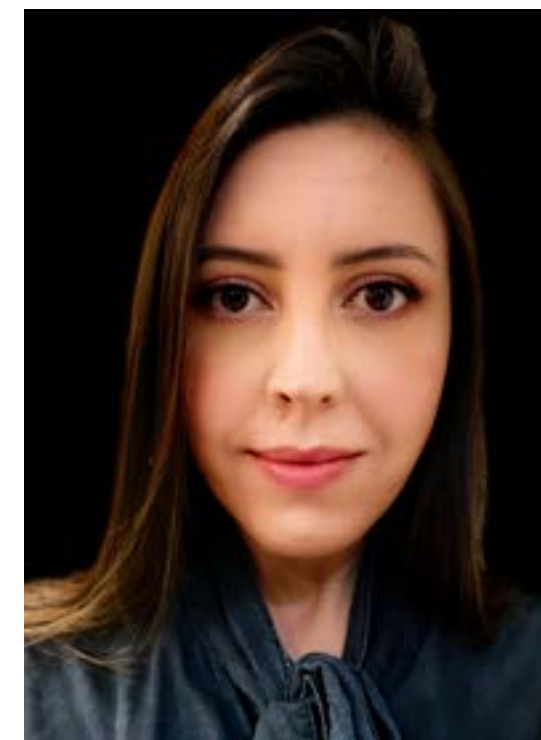
Finalmente, no dia 22 de abril de 1989, o Centro Cultural UFMG foi inaugurado, tornando realidade um antigo sonho da universidade. A inauguração foi amplamente divulgada pelos jornais da época. O Reitor em exercício, professor Cid Veloso, participou da cerimônia de abertura realizando o descerramento da placa, juntamente com o primeiro diretor da casa, professor João Baptista Magro Filho. Aviões da Força Aérea espalharam balões, pinturas e poesias de artistas mineiros na área central da cidade e as ruas da Bahia e Guaicurus ficaram interditadas para a realização dos eventos da festividade. Exposições de pinturas, esculturas e fotografias foram abertas à visitação, houve exibição de mostra

internacional de vídeo, apresentação do coral Ars Nova e Orquestra da Escola de Música da UFMG, performance de artistas, carro-biblioteca, espetáculo teatral de rua, show de música popular e barraquinhas de salgados e bebidas fizeram parte da programação de estreia.

Em novembro de 1994 a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte publicou uma Certidão de Registro de Tombamento incluindo o Centro Cultural UFMG (fachada e volume) como bem cultural do Conjunto Urbano Rua dos Caetés e Adjacências. (Lei Municipal 3.802/1984 – Organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte).

O ano de 2006 marcou o centenário de construção do prédio que hoje abriga o Centro Cultural UFMG e alguns anos mais tarde, entre 2012 e 2013, o sobrado passou por uma revitalização envolvendo a fachada, telhado, portas, janelas, escada, pisos de madeira, parte estrutural elétrica e hidráulica, iluminação dos espaços de exposições e apresentações, além da pintura do prédio.

Em 2019 o Centro Cultural UFMG completou sua terceira década. Ao longo desses 30 anos, abrigou projetos e eventos memoráveis que contribuíram e contribuem com o fortalecimento da cultura na capital mineira. Este espaço respeitável da Universidade se destaca pelo valor histórico, artístico, cultural e de desenvolvimento do estudo e da pesquisa. A diversidade de ideias delinea um ambiente eclético, que não estabelece limite de idade, cor, sexo ou classe social, ampliando atividades que visam à produção, expressão e fruição da arte e da cultura, em estreitamento entre universidade e sociedade. Da performance à tipografia, do cinema à exposição, da música à escultura, do teatro à pintura, da fotografia à dança, da poesia à experimentação, continuamente acolhendo as mais variadas linguagens e manifestações, que transformam o local em uma forte referência cultural e artística de Belo Horizonte. Vida longa e próspera ao Centro Cultural UFMG!



Camilla Borges

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda. Especialização em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas. É servidora da UFMG e coordena o Setor de Comunicação do Centro Cultural UFMG.

Sessão Especial

51º FESTIVAL DE INVERNO UFMG NO CENTRO CULTURAL

Sob o tema 'Memória: arte e patrimônio', a edição 2019 do Festival de Inverno UFMG aconteceu entre 11 e 21 de julho, nas cidades de Belo Horizonte e Tiradentes. Com eventos gratuitos e oficinas a preços populares, as atividades foram realizadas no Centro Cultural UFMG, Conservatório UFMG, Espaço do Conhecimento UFMG, Campus Pampulha e Campus Cultural UFMG em Tiradentes. Entre os dias 20 e 21, a programação se integrou à Virada Cultural de Belo Horizonte.

O evento chegou à sua 51ª edição, ciente da importância de acolher a pluralidade das manifestações artístico-culturais próprias da atualidade. A proposta se traduziu em diversas experiências no campo das artes visuais, tradições, teatro, ciência, música e dança, que resgatam a riqueza do patrimônio imaterial e cultural construído dentro e fora da universidade.

A ideia é que a contribuição do Festival seja “positiva e propositiva” para os debates fundamentais que tocam o grande tema do patrimônio e da memória. Os próprios espaços culturais da universidade têm articulado, nos últimos anos, diversas políticas, projetos e ações bem-sucedidas e outras iniciadas nas áreas de arte e cultura. Instalados em imóveis de inestimável valor histórico, esse conjunto de espaços potencializa a interação entre cidade e universidade, oferecendo-se como lugar de encontro, formação, aprendizagem pelas artes e culturas, compartilhamento da excelência artística.



MICROCONTOS

Frente e trás

“ – Boa noite, Senhor. Onde fica a Avenida do Comércio?
– A do comércio de gente ou das outras coisas? ”

Carol Lobato

Irônico

“ Antes, os aviões já atiraram poesia. ”

Lê Purri

Centro Cultural A escada

“ Endereço: entre putas e comércio, entre arrudas e rodoviária,
vire a esquina, é logo ali! ”

Pâmela Côrtes

“ Minha vida é luta: subir comércio e descer puta. ”

Pâmela Côrtes

“ Numa escada assim, correr é um desperdício de tempo! ”

Pâmela Côrtes

Centro Cultural Quem?

“ – Com toda essa intolerância de hoje em dia, é bom ver
o movimento contrário, mesmo que em poucos espaços.
Presenciar um lugar que foi feito para ser ocupado por militares
sendo ocupado por estudantes me traz uma visão mais positiva
da vida, sabe?
– Num sei não.
– Ah!... ”

Lê Purri

Centro Cultural A tipografia

“ A cavalo sai o livro, galopante. Avante! Aqui a história junta a
História com a tinta e o veneno. Se a alma sai de chumbo, a letra
sai num trote e a página sai prontinha! ”

Pâmela Côrtes

“ Centro do hipercentro: visão imediata daquele que cruza a
praça. Está bem na esquina. O vento que venteia pelos cantos
do prédio traz o aroma dos anos de metamorfose. Degraus e
fortes paredes de memória. ”

Lady Lourdes

“ São cem, mais de cem. Cem, os anos do prédio laranja. Hotel
não! Quartel não! Abandono não! Camadas de tinta. Piso novo.
Poemas do céu! Ciência! Livre expressão! Arte! Poesia! ”

Lady Lourdes

Resistência

“ Subindo e descendo há mais de cem anos, ela está tombada,
mas em pé sem esmorecer. De madeira forte e de qualidade,
por ela já passaram militares, estudantes, engenheiros e artistas.
Continua imponente e bela, para mais cem anos. ”

Elton Mendes

Eclipse da lua

“ E o Café Pérola? Não há mais. Ainda existe a banca de revista
chamada Pérola. Olho a lua!
– Mas não é tempo de lua cheia?
Final do café com pão de queijo e boa prosa no Café Nice.
Olho a lua de novo. Cheia. Tomamos um café com eclipse.
Ô sorte! ”

Dodora Reis

Fragmentos de memória: arte e patrimônio. Os mini e microcontos aqui publicados foram criados no Centro Cultural UFMG, na residência-oficina Fragmentos de memória: arte e patrimônio, coordenada por Sônia Queiroz, em julho de 2019, durante o Festival de Inverno. Integram um livreto editado ao final nessa mesma oficina, em meio digital. A capa foi impressa na Tipografia: oficina e museu, com a coordenação de Gabriel Nascimento, do coletivo 62 pontos, no âmbito da integração dos contistas com a oficina de Introdução à impressão tipográfica..





06



07

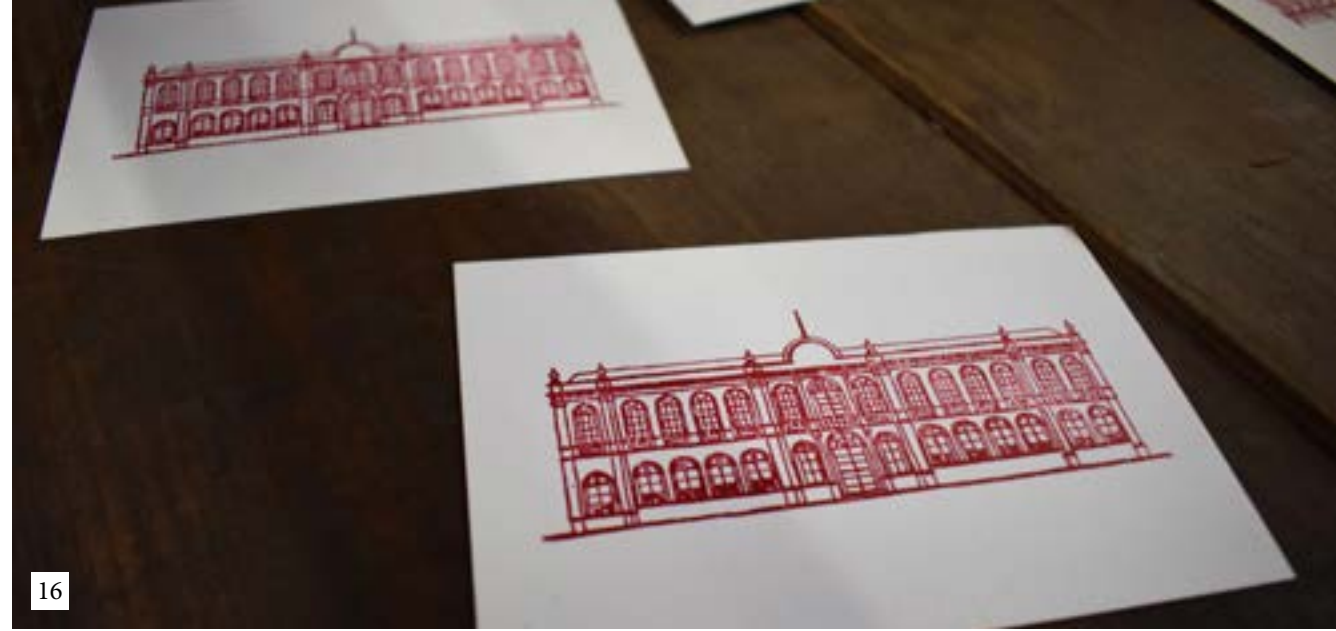


08





13



16



14



17



15



18





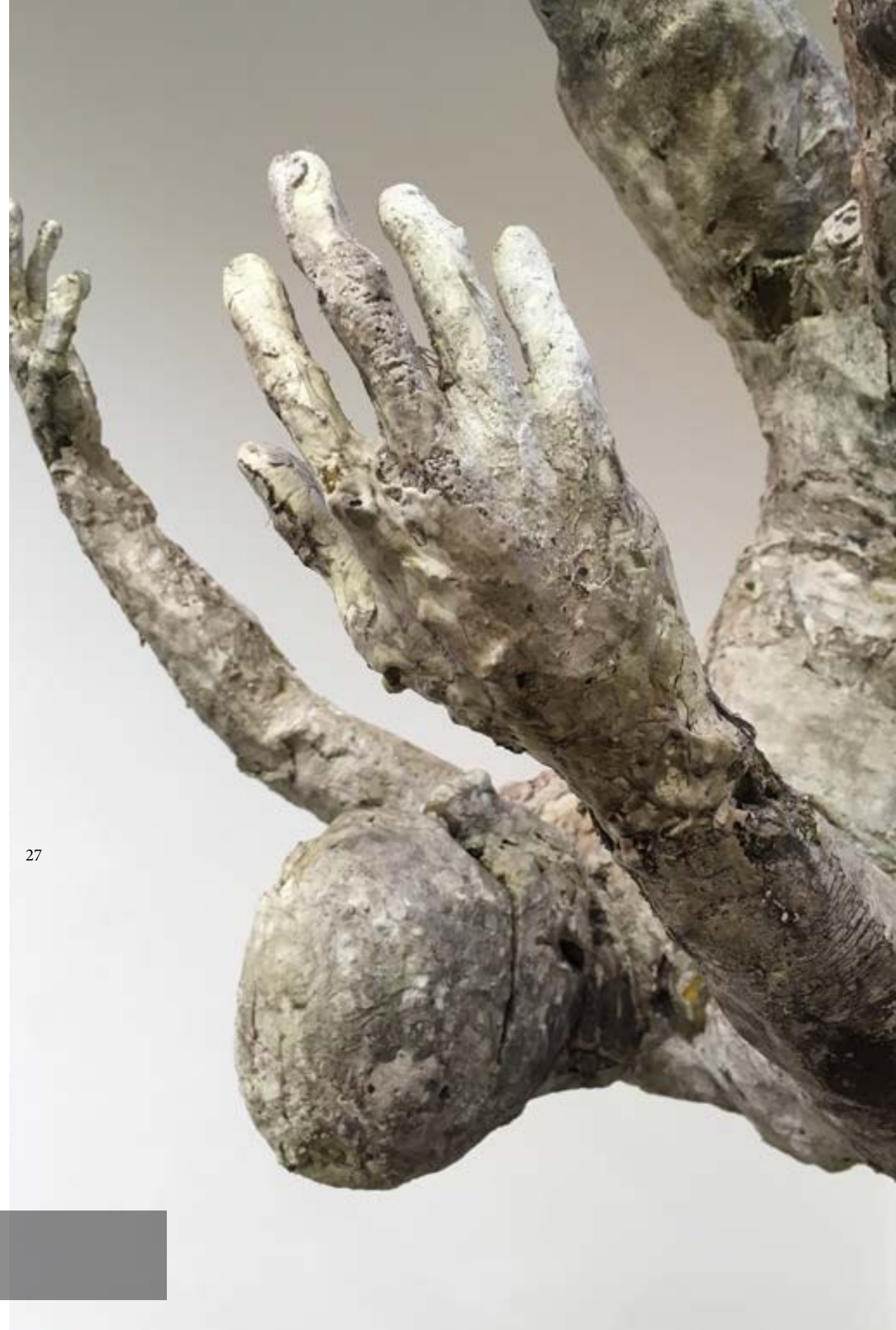
24



25



26



27

13 DE JULHO

- Comemoração dos **30 anos do Centro Cultural UFMG**
- Palestra **A Praça da Estação como patrimônio cultural de Belo Horizonte**, Professor Flávio de Lemos Carsalade [Foto 05, por Pedro Antuña]
- Lançamento dos projetos **Biblioteca Conceito, Registros: ensino e arte e Escultura no Centro** e lançamento do **Site do Centro Cultural UFMG**
- Concerto **Free Jazz Quarteto** [Foto 01, por Pedro Antuña]
- **Conversa com Artistas Residentes do Projeto Atêlier Aberto**, Eduardo Hargreaves, Grupo Bruxas de Blergh e ESCOTOMA [Foto 02, por Raphaella Dias]
- Espetáculo teatral **Lama**, Grupo Teatro Andante [Foto 04, por Camilla Borges]

15 DE JULHO

- Mesa-redonda **Paisagens brasileiras do séc. XIX: da conservação à exposição**, mediada por Marco Elísio de Paiva [Foto 22, por Pedro Antuña]
- Mostra de vídeos **TRANS-X-POSIÇÃO II**, Eder Santos [Foto 03, por Raphaella Dias]

16 DE JULHO

- Roda de conversa **Territórios populares do centro expandido de Belo Horizonte: contranarrativas em cena**, mediada pelo Grupo de Estudos Indisciplinar [Foto 21, por Raphaella Dias]
- Mostra de vídeos **TRANS-X-POSIÇÃO II**, Eder Santos [Foto 03, por Raphaella Dias]

17 DE JULHO

- Gráfica aberta na **Tipografia: Oficina Museu – Coletivo 62 pontos** [Foto 20, por Raphaella Dias]
- Espetáculo teatral **Os orixás**, Grupo Giramundo [Foto 06, por Raphaella Dias]

18 DE JULHO

- Concerto **Teatro musical contemporâneo**, Damián Kees [Foto 08, por Raphaella Dias]

19 DE JULHO

- Gráfica aberta na **Tipografia: Oficina Museu – Coletivo 62 pontos** [Foto 20, por Raphaella Dias]
- **Bandonéon** Concerto, Otto Hanriot [Foto 09, por Pedro Antuña]

20 DE JULHO

- Show **Homenagem a Clara Nunes**, Dona Jandira [Foto 07, por Marcos Domingos]

21 DE JULHO

- Show do grupo **Choro do Jura** [Foto 11, por Raphaella Dias]
- Show da **Velha Guarda do Samba de BH** [Foto 10, por Raphaella Dias]
- Minicurso **Imagens da memória: sonhar a terra**, Davi Kopenawa [Foto 19, por Pedro Antuña]

EXPOSIÇÕES

Centro Cultural UFMG

- **CENTRO CULTURAL UFMG – 30 anos**, Camilla Borges [páginas 44 a 47]
- **CIDADE PALIMPSESTICA**, Verona Segantini [Foto 26, por Raphaella Dias]
- **ESCULTURA NO CENTRO**, Daniel Grunmann [Foto 27, por Camilla Borges]
- **O AFETO DO OLHAR**, Carlos Wolney [páginas 38 a 41]
- **OLHO NU**, Marco Túlio Resende [páginas 06 a 09]
- **PAISAGENS BRASILEIRAS DO SÉC. XIX: DA CONSERVAÇÃO À EXPOSIÇÃO**, Ana Panisset, Verona Segantini e Diná Araújo [Foto 25, por Raphaella Dias]

RESIDÊNCIAS E OFICINAS

- **RESIDÊNCIA EM DANÇAS URBANAS**, Bárbara Almeida e Writer West [Foto 17, por Raphaella Dias]
- **RESIDÊNCIA EM ARTES CÊNICAS – “REINVENTA – NARRATIVAS DE SI”**, Léo Quintão e Neise Neves (Cia Teatral Trupe Pierrot Lunar) [Foto 24, por Pedro Antuña]
- **RESIDÊNCIA EM LITERATURA – “FRAGMENTOS DE MEMÓRIA: ARTE E PATRIMÔNIO”**, Sônia Queiroz [Foto 16, por Pedro Antuña]
- **RESIDÊNCIA EM MÚSICA E TEATRO – “SOM E GESTO NO PALCO”**, Damián Kees [Foto 14, por Pedro Antuña]
- **RESIDÊNCIA EM ARTES PLÁSTICAS – “MEMÓRIA, DESENHO E ESCRITA”**, Marco Túlio Resende [Foto 13, por Pedro Antuña]
- **ATELIÊ DE MONTAGEM DE EXPOSIÇÕES**, Ana Panisset, Verona Segantini, Marco Elísio de Paiva e Sérgio Arruda [Foto 12, por Raphaella Dias]
- **INTRODUÇÃO À IMPRESSÃO TIPOGRÁFICA**, Coletivo 62 pontos [Foto 20, por Raphaella Dias]
- **UM PASSEIO PELO CIRCUITO DE ARTE URBANA E OFICINA DE STENCIL**, Priscila Amoni e Comum [Foto 15 e 23, por Júlia Duarte]
- **VISITA MEDIADA AO CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO**, Alice de Mello [Foto 18, por Pedro Antuña]

Equipe Administrativa

Servidores técnico-administrativos em educação

- Adriana Cristina de Faria Machado – Programação
- Camilla de Cassia Borges – Comunicação
- Eliana Quaresma da Silva – Expografia
- Fabrício Fábrega de Oliveira – Educativo
- Geraldo Ribeiro de Oliveira – Pessoal
- Luiz Henrique Dias – Copa
- Marcos Domingos de Oliveira Araújo – Analista de Sistema
- Marcus de Queiroz Ferreira – Produção
- Melissandra Gomes Bastida – Secretaria
- Rosemary de Fátima Vieira Mendes – Serviços Gerais

Bolsistas

- Aline Melo da Silva – Educativo
- Carolina Oliveira Almeida – Comunicação
- Debra Pontes – Programação
- Felipe Pereira Werneck Silva – Comunicação
- Júlia Pugliesi Abdalla – Educativo
- Mariane Olímpio Farias – Educativo
- Rosana Pereira Oliveira – Educativo

Estagiários Cruz Vermelha

- Francielle Maria Dias
- Ruanda Silva Rodrigues

Terceirizados

- Adilson Lúcio da Rocha Diniz – Vigilância
- André Alves de Souza – Vigilância
- Mayra Evelyn Rodrigues de Souza – Portaria
- Gilberto José Santos – Portaria
- José Ubaldo da Cruz Ramos – Portaria
- Lucimar Daniel da Rocha Reis – Portaria
- Valdirene Cardoso Dias – Manutenção e Limpeza



 CENTRO
CULTURAL
UFMG

DAC
DIRETORIA DE
AÇÃO CULTURAL

UFMG

